

Mensagem da Apae

Federação Nacional das Apaes - Março 2014 - Ano 47 - Nº 105

2013

*Ano de crescimento
e fortalecimento*



EXPEDIENTE

MISSÃO: PROMOVER E ARTICULAR AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REPRESENTAR O MOVIMENTO PERANTE OS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS APAES, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL DE SEUS USUÁRIOS.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aracy Maria da Silva Lêdo – (RS)
Vice-Presidente: José Turozi – (PR)
1º Diretor Secretário: Albanir Pereira Santana – (GO)
2ª Diretora Secretária: Maria Tereza Feldner de Barros Cunha – (MG)
1º Diretor Financeiro: Unírio Bernardi – (RS)
2ª Diretora Financeira: Tânia Maria Lessa Athayde – (RJ)
Diretor de Patrimônio: Luiz Augusto M. dos Santos – (PA)
Diretor Social: Rodolpho Luiz Dalla Bernardina – (ES)
Diretora para Assuntos Internacionais: Rosane Teresinha JahnkeVailatti – (SC)

AUTODEFENSORIA NACIONAL

Titulares:
Cristiane Dias da Vitória – (ES)
João Alexandre da Silva Filho – (PI)
Suplentes:
Bianca Aliatti – (RS)
José Lucas Ferreira dos Santos – (TO)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Federação das Apaes do Estado do Amazonas
Presidente: Sirange Bezerra Rodrigues
Federação das Apaes do Estado da Bahia
Presidente: Derval Freire Evangelista
Federação das Apaes do Estado do Ceará
Presidente: Paula Dias Sampaio
Apae do Distrito Federal (Apae DF)
Presidente: Wilma Chaves Kraemer;
Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo
Presidente: Washington Luiz Sielemann Almeida

Federação das Apaes do Estado de Goiás
Presidente: Grace GibraillKanjo
Federação das Apaes do Estado do Maranhão
Presidente: Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho
Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais
Presidente: Eduardo Luiz Barros Barbosa
Federação das Apaes do Estado de Mato Grosso do Sul
Presidente: Tidelcino dos Santos Rosa
Federação das Apaes do Estado de Mato Grosso
Presidente: Joenete Carlos Pereira Silva
Federação das Apaes do Estado do Pará
Presidente: Emanuel O' de Almeida Filho
Federação das Apaes do Estado da Paraíba
Presidente: Santana Maria Florindo
Federação das Apaes do Estado do Pernambuco
Presidente: Maria das Graças Mendes da Silva
Federação das Apaes do Estado do Piauí
Presidente: Emerson José Gondim Machado
Federação das Apaes do Estado do Paraná
Presidente: Neuza Soares de Sá
Federação das Apaes do Estado do Rio de Janeiro
Presidente: Delton Pedrosa Bastos
Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Norte
Presidente: Willian Ferreira de Lima
Federação das Apaes do Estado de Rondônia
Presidente: Ana Cláudia de Andrade Trondoli
Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente: Luiz Alberto Maioli
Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina
Presidente: Júlio Cesar de Aguiar
Federação das Apaes do Estado de São Paulo
Presidente: Marco Aurélio Ubiali
Federação das Apaes do Estado do Sergipe
Presidente: Márcia Cunha dos Santos Araújo

Federação Nacional das Apaes
SDS - Ed. Venâncio IV - Cobertura - CEP 70393-903 - Brasília-DF
Fone: (61) 3224-9922 | Fax: (61) 3223-8072
fenapaes@apaebrazil.org.br | www.apaebrazil.org.br

Brasília, Março de 2014.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.
A Federação Nacional das Apaes é filiada à Inclusion Interamericana

Federação das Apaes do Estado de Tocantins
Presidente: Nilson Alves Ferreira

ESTADOS QUE NÃO TEM FEDERAÇÃO

Apae de Maceió
Presidente: Alesson Loureiro Cavalcante
Apae de Rio Branco
Presidente: Wellyton Melo de Souza
Apae de Macapá
Presidente: Maria de Nazaré Sucupira Souza

CONSELHO FISCAL

Titulares: Cláudio Pizzato (RS), Sérgio Prodócimo (SP) e Ilda da Conceição Salvático (RO)
Suplente: Ivaldo Araújo (PB), Uaryn Bastos Cavalcante (MA) e Harley Ferreira Silvério (MS)

CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo Luiz Barros Barbosa, Elpídio Araújo Neris, Flávio José Arns e Luiz Alberto Silva

EQUIPE TÉCNICA FENAPAEs

PROCURADORIA JURÍDICA

Procuradora Jurídica: Rosangela Maria Wolff de Quadros Moro
Analista Jurídica: Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira
Assistente Jurídica: Larissa Christyna Alves Pereira

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executiva: José Luís R. Colar
Assessora de Assuntos Internacionais: Maria Amélia Vampré Xavier

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA/LOGÍSTICA

Coordenador: João Batista da Silva
Apoio Logístico: Thiago Helton dos Santos, Eduardo de Souza Leite, Waldinéia Olímpia Zoraida Santana Ramos e Daurinha de Souza Leite

COORDENAÇÃO CONTÁBIL /FINANCEIRA:

Coordenadora: Marineide Oliveira da Silva Freire

DEPARTAMENTO PESSOAL:

Supervisor Financeiro e de Pessoal: Aline Lamara

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL / CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Coordenadora: Kélia Maria Dias Ramos

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI
Coordenador: Rafael Lucena Franco
Analista de Sistemas Internet: Humberto Augusto Armênio Camilo Cruz
Assistente de Tecnologia da Informação: Fabiana Fortunato

COORDENADORIA DE RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO (SALA DE SOLUÇÕES)

Assistente de Atendimento ao Usuário: Eunice Maria da Silva Gusmão
Equipe de Relacionamento: Laura Tostes Campos e Tamires Borges Cintra Rodrigues

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA REDE APAE (UNIAPAE)

Coordenadora da Uniapae:
Fabiana Maria das Graças Oliveira
Coordenador Técnico-Pedagógico:
Erivaldo Fernandes Neto
Secretaria da Uniapae: Rodrigo Maia

ESCRITÓRIO FENAPAEs, PORTO ALEGRE-RS

Assessora da Presidência: Lúcia Maria Costa Centena
Auxiliar Administrativo: Alexandro Martim Vargas dos Santos
Coordenador Nacional de Eventos: Antônio José Perin Bastos

COORDENADORES NACIONAIS

Coordenador de Prevenção e Saúde: Rui Fernando Pilotto (PR)
Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica: Fabiana Maria das Graças Oliveira (MS)
Coordenador de Educação Física, Desporto e Lazer: Roberto Antônio Soares (SP)
Coordenadora de Defesa de Direitos e Mobilização Social: Erika Tonelli de Araújo (SP)
Coordenadora de Autogestão, Autodefensoria e Família: Eucira Machado Bernardi (RS)
Coordenadora de Educação Profissional para o Trabalho Emprego e Renda: Maria Helena Alcântara de Oliveira (DF)
Coordenadora de Artes: Rosânia de Almeida (PR)
Coordenadora de Assistência Social: Marilena Ardore (SP)

EDITORIAL



Estamos no início de 2014. Período que devemos fazer uma retrospectiva do ano que findou. Período difícil, com muitas barreiras, parecendo muitas vezes que não saíamos do mesmo lugar. É o momento da verdadeira desacomodação gerado pela mudança que nos propomos. Diante das circunstâncias, somos levados a uma luta diária, fazendo a defesa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, o que para nós do movimento das Apaes é lógico e claro, pois deparamos com a inconsistência do braço político que não vê e só distingue as diferenças entre as pessoas, querendo fazer a inclusão através da manifestação e confirmando a exclusão social.

Se para nós, inclusão é um processo, continuaremos defendendo que todos são iguais perante a lei, com os mesmos direitos de escolha, sem discriminação de escola.

Por outro lado, institucionalmente nosso trabalho se reforça na transparência, seriedade e muito compromisso, fazendo com que os nossos profissionais cada vez mais e da melhor forma possam desempenhar suas funções com qualidade. Por isso, nosso registro nesta revista é mensagem desejando a todos um um próspero 2014, onde permaneceremos firmes convictos em prol do movimento Apaeano.

Um abraço a todos.

*Atenciosamente.
Aracy Maria da Silva Lêdo
Presidente da FENAPAEs*

IX FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE.....	7
SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2013	10
PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:	
COEXISTÊNCIA DE ESCOLAS COMUNS E ESCOLAS ESPECIAIS	12
INTERNACIONAL.....	18
FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS 2013	20
COORDENAÇÕES NACIONAIS	21
<i>COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA</i>	<i>21</i>
<i>COORDENAÇÃO NACIONAL DE PREVENÇÃO E SAÚDE.....</i>	<i>26</i>
<i>COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTES.....</i>	<i>28</i>
<i>COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,</i>	
<i>TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....</i>	<i>29</i>
<i>COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER.....</i>	<i>34</i>
<i>COORDENAÇÃO NACIONAL DE AUTODEFENSORIA E FAMÍLIA.....</i>	<i>40</i>
PROCURADORIA JURÍDICA FENAPAES	41
UNIAPAE	45
INFORMÁTICA.....	47
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE.....	49
ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO	54
SALA DE SOLUÇÕES	55
CADERNO BALANÇO SOCIAL	56
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA AS ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS	58



IX FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: KÉLIA RAMOS



O IX Festival Nacional Nossa Arte, realizado na cidade de São Luiz do Maranhão – MA, nos dias de 14 a 18 de novembro de 2013, teve em sua abertura um cortejo das vinte e uma delegações participantes do evento, que contagiou os mais de 1600 presentes na abertura do festival.

A Presidente da Federação Nacional das APAEs – Aracy Lêdo, juntamente com os dois Autodefensores Nacionais suplentes, Bianca Aliatti – RS e José Lucas Ferreira dos Santos – TO, o Presidente da Federação das APAEs do Estado do Maranhão – Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho, e a Presidente da APAE de São Luís – Eliana Lima Melo, formaram a mesa de abertura e tiveram a honra da presença do representante do Governo do Estado do Maranhão, representante do Governo da cidade de São Luís e representante da “Madrinha” do evento, Paula Lobão, que apoiaram o Movimento Apaeano para a realização deste evento.

A presidente da FENAPAEs teve, em sua fala, o agradecimento a todas as APAEs e FEAPAEs participantes, ressaltando a importância da realização deste evento para que todos possam ver o real trabalho das APAEs e o importante papel da arte como ferramenta de inclusão para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, anunciando, assim, a abertura oficial do IX Festival Nacional Nossa Arte.

Os Autodefensores presentes realizaram um discurso animador, ressaltando o quanto as pessoas com deficiência são capazes de realizar qualquer tipo de atividade, arrancando aplausos da grande plateia que estava presente no auditório do Centro de Convenções Pedro Neiva.

O Presidente da FEAPAEs do Maranhão – senhor Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho, realizou um discurso de agradecimento com muita emoção,

ressaltando a parceria entre a FENAPAEs, FEAPAEs do MA e a APAE de São Luís, e o apoio de seus parceiros locais que ajudaram a tornar possível a realização deste grande evento. O presidente, como forma de agradecimento, entregou a todas as delegações participantes e aos apoiadores a premiação de participação e agradecimento – o símbolo do Bumba meu Boi do Maranhão.

Esta grande noite teve como encerramento uma linda apresentação de dança folclórica dos alunos da APAE de Imperatriz – MA, e apresentação cultural do Boi Barrica.

Contemplando em sua programação apresentações dos gêneros artísticos de artes visuais, cartazes, artes cênicas, dança, dança folclórica, artes literárias, artes musicais e artesanatos, o IX Festival Nacional Nossa Arte deu prosseguimento com uma linda exposição dos trabalhos realizados pelos alunos, dos gêneros literários, artesanatos e visuais, logo na entrada do auditório do CEN Pedro Neiva, estrategicamente posicionado para que todos os presentes no festival tivessem a oportunidade de prestigiar os trabalhos expostos.

O grande momento desta edição do IX Festival Nacional Nossa Arte, e claro que não poderia fugir a regra dos anos anteriores, foram as grandes apresentações de palco que abrilhantaram o evento, arrancando palmas emocionadas de toda a plateia presente nos três dias de apresentações. Essas apresentações foram divididas por gêneros e por dia. No dia 15 de novembro – apresentações de dança folclórica, 16 de novembro – apresentações de artes cênicas e artes musicais, e 17 de novembro – apresentações de dança.

Todas as apresentações foram de uma qualidade ímpar. É importante ressaltar o enorme empenho



dos professores e coordenadores de arte estaduais, em especial a Coordenadora de Artes Nacional – Rosania de Almeida, e a Coordenadora de Artes do Estado do Maranhão – Maria de Jesus, que coordenaram os trabalhos dos alunos e que deram um show à parte de profissionalismo, concentração e superação.

Todas as apresentações, sem exceção, arrancaram elogios da rígida comissão de júri formada por grandes profissionais de arte de todo o Brasil, que prestigiaram todas as apresentações do início até o final e exposições.

Os momentos entre uma apresentação e outra foram de grande alegria para todos da plateia. No formato de um grande sarau cultural, alunos, visitantes, professores e demais participantes tiveram a oportunidade de expressar suas qualidades artísticas, cantando, dançando, recitando poesia, repentes e até mesmo utilizando este espaço para colocar suas opiniões políticas e sociais. Muitos alunos ali presentes fizeram questão de demonstrar a sua indignação no que tange o Plano Nacional de Educação,

ressaltando o importante papel que as APAEs possuem em suas vidas; aproveitaram também o espaço para expor os temas copa do mundo de 2014 e o atual cenário político do Brasil, demonstrando a interação que eles possuem sobre as questões sociais do Brasil.

O IX Festival Nacional Nossa Arte mostrou para o Brasil a verdadeira inclusão de pessoas com deficiência por meio das artes, pois este evento teve não somente a presença de pessoas com deficiência, participaram também comunidade local, familiares e profissionais que conviveram durante 03 dias a oportunidade da troca de experiências, demonstrando, assim, que inclusão se faz com todos, porém respeitando a diferença e particularidade de cada indivíduo.

Outro ponto forte desta edição do IX Festival Nacional Nossa Arte foi a sinergia formada pela comissão organizadora, que se utilizou de um membro de cada delegação ali participante para que o evento fosse realizado de forma organizada e com sucesso.

Crédito Fotos: FENAPAEs e Honório Moreira - MA

Resultados das Apresentações:

DANÇA FOLCLÓRICA - Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de Juazeiro do Norte /Ceará – CE	2741
2	Apae de Santarém/Pará – PA	2725
3	Apae de Capinzal / Santa Catarina – SC	2668

DANÇA - Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de Salvador/Bahia – BA	1436
2	Apae de Cambira/Paraná – PR	1397
3	Apae de Florianópolis/ Santa Catarina – SC	1358

ARTES MUSICAIS- Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de São Luís/ Maranhão – MA	1804
2	Apae de Siqueira Campos/ Paraná – PR	1762
3	Apae de Fortaleza/Ceará – CE	1716

ARTES MUSICAIS- Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de São Luís/ Maranhão – MA	1804
2	Apae de Siqueira Campos/ Paraná – PR	1762
3	Apae de Fortaleza/Ceará – CE	1716

LITERÁRIAS - Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de Porto Nacional – TO	1.370
2	Apae de Cândido Mendes – MA	1.365
3	Apae de Cocal do Sul – SC	1.348

ARTES CÊNICAS- Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Rio Grande/Rio grande do Sul – RS Apae de São José/ Santa Catarina – SC	2000 2000
2	Apae de São Luis/ Maranhão – MA	1977
3	Apae de Cambira/Paraná – PR	1948

ARTESANATO- Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de Pedro do Ivaí – PR	1.405
2	Apae de Rio Verde – MT	1.370
3	Apae de São Luís – MA	1.365

ARTES VISUAIS - Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de Bebedouro – SP	1.385
2	Apae de Bauru – SP	1.365
3	Apae de Deodópolis – MS	1.360

CARTAZES - Resultado Final:

Colocação	Apae/Estado	Pontuação
1	Apae de São João do Ivaí – PR	1.380
2	Apae de Marilândia do Sul – PR	1.355
3	Apae de Brasília – DF	1.345

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA 2013

COORDENADOR PEDAGÓGICO – UNIPAE: ERIVALDO FERNANDES NETO

Em 2013, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, teve como tema orientador dos trabalhos a frase, “desafiando os limites, diminuindo as diferenças”.

A Federação Nacional das Apaes orientou diversas ações de defesa de direitos, pautando questões de interesse das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, como acesso à educação e inclusão social. A proposta do Movimento das Apaes foi estabelecer

um debate na sociedade sobre os principais entraves que as pessoas com deficiência têm em relação à inclusão social no Brasil.

Durante a campanha, foram disponibilizados textos orientadores, além de materiais gráficos, como cartazes, folders e modelos de camiseta. Também foi divulgado spot para rádio e um vídeo promocional, com o objetivo de criar espaços nos mais variados meios de comunicação, para veiculação de

Desafie-se!

Busque novos resultados e ajude-nos a promover ações políticas que apoiem as pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Nós desafiamos os nossos limites!

Desafiando os limites, diminuindo as diferenças.

De 21 a 28 de Agosto.
Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla

APAE BRASIL
Federação Nacional das Apaes
www.apaabrasil.org.br

agência RIBEIRO-AD

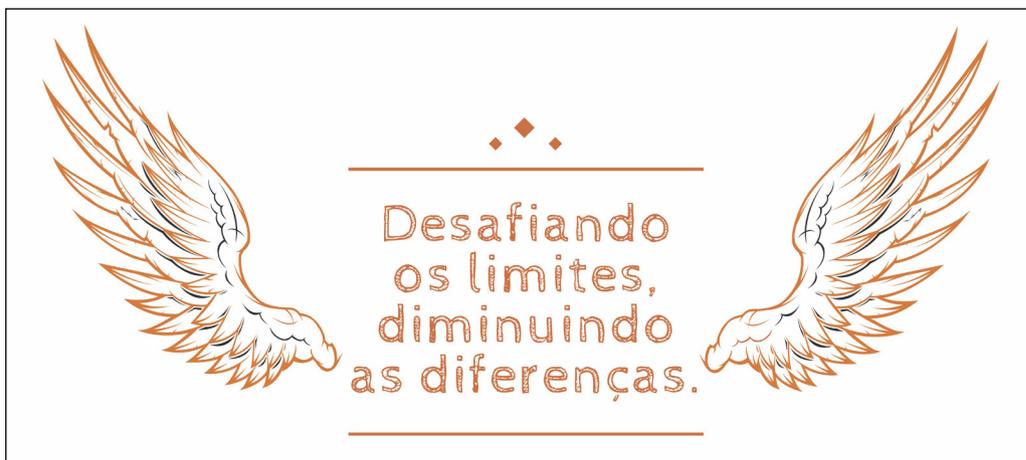
materiais informativos sobre os direitos das pessoas com deficiência, para conscientizar a sociedade sobre as demandas necessárias para conquista de autonomia e dignidade.

Um dos pontos centrais dos debates, em 2013, foram as mudanças de paradigmas proporcionadas pelo texto da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a relação desses conceitos com os trabalhos desenvolvidos pelas Apaes e as políticas públicas. São muitos os desafios para o pleno cumprimento dos paradigmas propostos pela Convenção, porém o Movimento das Apaes tem sido pioneiro na luta pela garantia de direitos da pessoa com deficiência, monitorando e propondo campanhas institucionais capazes de debater temas de interesse das pessoas com deficiência e suas famílias nas diversas regiões do país.

No ano de 2006, foi publicada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada em 2008 pelo Brasil, que defini, em seu Artigo primeiro, que “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.” (ONU, 2006, p. 3). A deficiência passa a ser considerada a

partir do contexto social e não mais somente biológico, sendo os impedimentos da pessoa causados principalmente pelas barreiras sociais, sejam elas arquitetônicas ou atitudinais, e não mais somente por características biológicas. Essa posição retira da pessoa o estigma da deficiência e a coloca na estrutura organizacional da sociedade, sendo a sociedade a causadora de deficiências, a partir dos impedimentos que impõe às pessoas. Os limites a serem superados são as barreiras sociais, que impedem o pleno exercício das capacidades da pessoa com deficiência, não lhes oferecendo os devidos apoios para que tenha condição de desempenhar com eficiência suas ações.

A partir de um olhar através da Convenção, conseguimos ter bases conceituais para pensar um futuro mais inclusivo, com uma sociedade com valores que respeitam a diversidade e as necessidades de cada indivíduo, focando o seu pleno desenvolvimento. Esta breve conclusão dispõe sobre o entendimento retirado dos debates nacionais sobre o tema da semana nacional em 2013.



PNE – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: COEXISTÊNCIA DE ESCOLAS COMUNS E ESCOLAS ESPECIAIS

COORDENADORA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA FENAPAES: FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA



O Plano Nacional de Educação é um documento que surgiu para garantir, no cenário nacional, a educação brasileira como um direito democrático de cada cidadão, podendo-se considerar a educação, como uma das condições essenciais para o desenvolvimento do País. Trata-se de um documento, cuja história foi concretizada na década de 60, coincidente com a Lei 4024 de 1961, primeiro documento que veio trazer o ordenamento da educação, configurado como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O referido Plano foi lançado pelo Conselho Federal de Educação em 1962, e embora tenha sofrido

reformulações referentes à descentralização, estimulação de planos estaduais de educação, distribuição de recursos federais, implantação de ginásios para o trabalho e atendimento de analfabetos com mais de dez anos, somente com a Constituição Federal de 1988, por meio de seu art. 214, conquistou o espaço de um documento com força de lei e de longo prazo.

Posteriormente, com a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigos 9º. E 87, a elaboração do Plano Nacional de Educação passou a ser de responsabilidade da União, do Distrito Federal, dos Estados e Dos Municípios, incumbindo-se a União pelo encaminhamento do Plano ao Congresso Nacional, logo após a publicação da referida LDB, com diretrizes e metas para os próximos dez anos, a contar dessa data e, em consonância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento originário da reunião de

Imagem: Shutterstock



Jontiem na Tailândia em 1990. Além de outros segmentos, destaca-se a colaboração na elaboração do Plano Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Secretários de Educação e a União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

O Projeto de Lei 4.155, por meio do Deputado Ivan Valente, foi apresentado à Câmara para aprovação do Plano Nacional de Educação em 10 de fevereiro de 1988. O referido documento foi construído em meio a uma história de debates e reclamos dos diversos segmentos da sociedade, especialmente do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com abordagens dos problemas sociais, culturais e políticos e a defesa da conquista de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além das questões políticas, o documento do Plano Nacional de Educação apresentou ampla discussão e diagnóstico importante dos níveis e etapas da educação nacional, da educação básica à superior, precisamente a realidade do período de 1990 a 1996 de todas as regiões brasileiras, e com estimativa de evolução até 2010.

Não de forma diferente, foi discutida a Educação Especial, no item III, das Modalidades de Ensino, apontando-se o artigo 208 da Constituição Federal de 1988 como documento indutor da modalidade no contexto da educação nacional. O direito à educação com qualidade das pessoas com deficiência de forma integrada¹ junto com os demais alunos foi amplamente defendido e discutido no texto do Plano Nacional de Educação, apontando-se os diferentes locais onde elas poderiam estudar, destacando-se

¹ Para Glat (1995, p. 17), “Integração implica antes de mais nada a transformação das relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos por praticamente por toda a história da Humanidade.”

as classes comuns², as escolas especiais³ e/ou as classes especiais⁴.

Os dados apresentados sobre a educação especial na elaboração do Plano Nacional de Educação (2001) eram inexpressivos e não retratavam a realidade das pessoas com deficiência no acesso ao seu direito à educação. Em 1998, um quantitativo de 293.403 alunos com deficiência, distribuídos entre as várias deficiências, com maior incidência 58% de alunos com deficiência mental⁵. Também, nesse levantamento foram citadas as instituições filantrópicas como responsáveis por quase metade da educação especial no País. Registrou-se a ausência dos municípios na oferta da educação especial, com o percentual de 59,1%, sendo que 48,2% eram serviços oferecidos pela rede estadual de ensino (BRASIL, 2001a). Na atualidade, conforme Censo de 2012, 78,2% de alu-

² *Classes Comuns: serviço que se efetiva por meio do trabalho de equipe, abrangendo professores da classe comum e da educação especial, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos durante o processo de ensino e aprendizagem. Pode contar com a colaboração de outros profissionais, como psicólogos escolares, por exemplo. (BRASIL, 2001b, p. 50).*

³ *Escolas especiais: destinam-se à oferta de educação escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que requeiram atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social, bem como ajudas e apoios intensos e contínuos e flexibilizações e adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover [...] (idem, p. 53 e 54).*

⁴ *Classe especial: sala de aula, em escola de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada. Nesse tipo de sala, o professor da educação utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapa da educação básica, para que o aluno tenha acesso ao currículo da base nacional comum. (BRASIL, 2001b, p. 53 e 54).*

⁵ Termo utilizado no documento da época.

Alunos, professores e familiares participam da mobilização nacional do dia 07 de agosto de 2013



nos com deficiência, encontram-se matriculados em escolas públicas, e 21,8% em escolas privadas. Esses números não traduzem a real situação em que se encontram os alunos com deficiência matriculados em escolas comuns. Estão incluídos, participam efetivamente das turmas, inseridos, integrados, interagindo ou apenas matriculados?

O texto do Plano Nacional de Educação (2001), no que se refere à educação Especial, foi relevante pela postura democrática assumida no direito à educação e, ainda, por reconhecer a importância e a necessidade de existirem escolas especiais devidamente regularizadas para a oferta da educação especial aos alunos que, por suas condições, não pudessem frequentar as escolas comuns. Dessa forma, não havia obrigatoriedade de matrícula para a educação escolar em uma única escola, como vem ocorrendo nos dias atuais com pressões justificadas em nome das políticas públicas que fundamentam a educação especial.

Contrário a esse Plano, o texto atual que vem discutindo o Plano Nacional de Educação⁶ em tramitação no Congresso Nacional tem sido fortemente marcado por tendências que defendem que as pessoas com deficiência devem, obrigatoriamente, fazer a educação escolar em escolas comuns, reconhecidas por esses grupos como a única possibilidade. A educação especial encontra-se na Meta 4 e Estratégias.

Ocorre que, data do século passado, a educação especial era oferecida em escolas especiais, espaços que foram se organizando consoante a legislação educacional, com reconhecida atuação desde a Lei 4024/61 (art. 89, LDB, 1961), sendo fortalecidas nos sistemas de ensino pela Lei 7853/89. A oferta da educação escolar na modalidade educação especial pelo próprio texto da Lei 9394/96 e Resolução n. 2 de 11/9/2001, que norteou a oficialização da ação das escolas especiais nos órgãos normativos dos sistemas de ensino.

⁶ Planejado para vigência de 2011 a 2020, contudo ainda se encontra em discussão no Senado Federal.

Assumimos, então, um grande desafio, o de defender a existência da escola especial⁷ no texto do Plano Nacional de Educação e nos demais textos normativos dos Sistemas de Ensino, principalmente por entendermos que é salutar e democrática a coexistência das escolas comuns e das escolas especiais, no contexto da educação inclusiva em discussão na atualidade⁸. Entendemos que a existência de uma escola não pode excluir a outra, o que precisamos é unir forças para defender que ambas escolas sustentem a oferta da educação escolar em bases democráticas inspiradas em ideais de solidariedade.

Por falar do Plano Nacional de Educação, há quase um ano encontra-se tramitando no Senado o Projeto de Lei 103 de 2012, proveniente da Câmara dos Deputados. Desde então, tivemos momentos de inquietações. Ao longo do primeiro semestre, acompanhamos o andamento do Plano no Senado; primeiro, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando sofreu reformulações no Texto da Meta 4 e Estratégias, e que pesavam significativamente na existência das instituições e escolas especiais, inclusive financiamento com recursos públicos até 2016.

No dia 14 de agosto de 2013, a rede apaeana, em todo o País, mobilizou-se pela defesa da existência das escolas especiais, com passeata nas ruas de Brasília, saindo do Museu de Arte Moderna até o Senado, onde um grupo foi recebido por diversos Senadores que se disseram comprometidos com as questões reivindicadas pelos manifestantes, não só de APAEs como também de Associações Pestalozzi, da Federação Nacional dos Surdos, da Federação Nacional dos Cegos, escolas especiais

⁷ Serviço que deve ser oferecido aos alunos “com necessidades de ajuda e apoio intensos [...] que a escola comum não consiga prover [...]” (BRASIL, art. 10, 2001).

⁸ [...] uma proposta de educação que se pretenda inclusiva deve ser entendida como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem, assim como de todos os alunos. É um processo no qual a escola possa promover não só o acesso, mas também o desenvolvimento social e acadêmico, levando em consideração as singularidades de cada um, (PLETSCH, 2010, p. 77).





do Distrito Federal, com a presença de pessoas com deficiência e suas famílias.

No dia 15/8/13, sob a presidência do Senador Paulo Paim, aconteceu uma audiência pública, com a participação de outros Senadores, representantes de APAEs, Pestalozzi, Feneis e outras instituições. Na Mesa de debates, a Federação Nacional das APAEs esteve representada pela Presidente Aracy Lêdo, sendo esta coordenadora. Representando o MEC, a Diretora de Educação Especial da Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Martinha Clareti. O foco do debate estava no texto do PNE da Meta 4 e Estratégias correspondentes modificadas na Comissão de Assuntos Econômicos, reivindicando-se o retorno da palavra “preferencialmente” ao texto dessa Meta, as escolas especiais e instituições especializadas, conforme veio da Câmara Federal e a garantia do financiamento conforme vem acontecendo ao longo dos anos. Aliás, apoio técnico e financeiro foram citados desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61, em seu art. 89.

Em 25/09/2013, o PNE foi reapresentado no Senado para aprovação do Relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Embora contendo alterações, ainda não contemplavam as reivindicações da rede apaeana e instituições congêneres.

Nova luta empreendida, buscou-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob Relatoria do Senador Álvaro Dias, uma redação que resgatasse a garantia das escolas especiais e instituições especializadas no texto da Meta 4, e que nas Estratégias fossem contempladas da mesma forma que as outras escolas, sem prejuízo dos trabalhos desenvolvidos.

No dia 26.11.13, no Plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foi aprovado o texto atual

do Plano Nacional de Educação. Dessa feita, o pleito foi atendido, resumindo-se no direito à educação escolar e do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, ficando contempladas as solicitações das diversas instituições que atendem pessoas com deficiência intelectual, auditiva, visual, surdocegueira, com a garantia do financiamento dos serviços oferecidos, por meio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, 2007).

O texto já foi aprovado no Plenário do Senado e segue novamente para a Câmara dos Deputados para ser avaliado e votado. Dessa forma, precisamos continuar mobilizados no sentido de mantermos as conquistas obtidas, o que poderá acontecer mediante a aprovação final do Relatório do Senador Álvaro Dias, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Muitos já sabem, mas é sempre bom lembrar que as escolas especiais acumularam, ao longo dos anos, conhecimentos e experiências na operacionalização da modalidade educação especial, lutando pela construção e aplicabilidade de um planejamento eficiente e capaz de garantir o acesso, a permanência e o percurso escolar dos alunos que atendem desde zero anos de idade, à idade adulta. Isso requer investimento na formação continuada dos professores, especializações necessárias, recursos materiais adequados às necessidades dos alunos, eliminação de barreiras que os impeçam de aprender e, principalmente, com financiamento que permita o desenvolvimento da educação com qualidade.

Medidas sobre a valorização da educação no País há muito vêm sendo debatidas e conquistando espaço nas agendas políticas e na legislação, lembramos o Fundo de Valorização da Educação Básica (FUNDEB). É possível, diante de um cenário que

favoreça a concretização do que está posto nas políticas públicas da educação, a sua oferta com qualidade, porém, isso não pode ser impedimento da coexistência das escolas especiais e escolas comuns nos Sistemas de Ensino, com o direito de oferecerem a educação escolar aos alunos com deficiência que das escolas especiais necessitarem.

Oportunamente, deve-se deixar às pessoas com deficiência o direito de escolherem onde querem estudar, e as suas famílias o direito de decidirem onde querem que os filhos estudem, conscientes que devem decidir pela escola que melhor atenda necessidades e direitos fundamentais no que diz respeito à aprendizagem e ao desenvolvimento, de forma que lhes possibilite conquistar uma vida digna, autônoma e plena de realizações, sem preconceitos e discriminações.

Chegamos ao final do ano, com uma certeza, sobreviver no sistema de ensino para a oferta da modalidade de educação especial e conquistar espaço no meio educacional é investir em serviço de qualidade e que faça falta e a diferença na vida das pessoas com deficiência. Estamos diante de enfrentamentos a desafios que causam arranhaduras e impactos nos projetos que não estiverem alicerçados em propósitos profissionais e com bases científicas atualizadas. Com isso, faz-se o caminho ao caminhar nessas bases.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 4024/61, Brasília/DF, 1961.

BRASIL. Lei Educacional - 5692/71, Brasília/DF, 1971.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96, Brasília/DF, 1996, 8ª. Ed. Brasília:DF. Atualizada em 8/5/2013

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. Ed. Atual. São Paulo: Saraiva. 1997.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei 10.172 de 2001. Brasília:DF, 2001a.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, art. 8º, Item V. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2001b.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 17, de 11 de setembro de 2001, sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2001c.

_____. Lei 11494/07 | Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Lei do FUNDEB. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2012.

BRASIL. EMENDA Nº. 84 AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2012. Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. 2013.

BRASIL. PARECER 2013. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. 2013.

BRASIL. EMENDA Nº. 84 AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2012. Relatório da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. 2013.

GLAT, Rosana. A Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras. 1995.

Sites consultados:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>, acesso em 4/7/13.

<http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/materias-Comissao.asp>

<http://www.senado.leg.br/atividade/comissoes/sessao/default.asp>

INTERNACIONAL

ASSESSORA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS: MARIA AMÉLIA VAMPRÉ XAVIER

Tendências Mundiais no Trabalho Global que se Realiza nos Cinco Continentes em Torno de Campanhas para Valorizar Pessoas com Deficiência Intelectual e suas Famílias

As lideranças mundiais, capitaneadas por Klaus Lachwitz, da Alemanha, que foi eleito Presidente de Inclusion International no Congresso Mundial de Berlim, em junho de 2010, a que comparecemos como convidada especial de Diane Richler, a presidente que deixava o cargo legou-nos uma lembrança agradável, não só por prêmio recebido por tantos anos de trabalho no campo mundial que vimos realizando como pela consciência, cada vez maior, de que o Brasil, com todos os empecilhos que conhecemos, dificuldades governamentais, etc., vem se saindo bem entre os países emergentes no que se refere a projetos de natureza social.

Inclusion International, que tem prioridades em seu trabalho de conscientização universal quanto ao valor de pessoas como nossos filhos e amigos, com deficiência intelectual, até o começo de 2012, aproximadamente, dedicou seu maior esforço em facilitar, tornar realidade o direito expresso no artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência, ou seja: O DIREITO DE MORAR NA COMUNIDADE E SER INCLUÍDO NELA.

Imagem: Shutterstock



A preocupação em ter nossos filhos e amigos não mais recolhidos em instituições fechadas, como era muito comum até dezenas de anos atrás em países com Estados Unidos e Nova Zelândia, entre outros países, continuou a evoluir com a ajuda de 92 países de localização geográfica, culturas e costumes diversificados, mas com o plano comum de conseguir que nossos apadrinhados tivessem direito a uma vida de que fossem partícipes, de locais onde desejassem viver não dentro da família como até então mas com liberdade de atividades, de horário, de escolher o que comer, enfim, o caminho para a chamada inclusão social a que, em princípio, os cidadãos de qualquer país têm direito.

O trabalho de todos os países mencionados, cerca de 92, resultou num opulento Global Report on Article 19 – The Right to live in the community and to be included.

Sabemos que este projeto não é de fácil execução, pois há divergências sérias entre países quanto à cultura a ser dada a crianças, nas quais meninas, sexo feminino, portanto, têm até arriscado a vida para poder estudar. Que esperar, então, de uma sociedade inclusiva justa se ainda hoje meninas de 11, 13 anos, são vendidas a potatedos de 60, 65 anos, por rúpias, ou seja, qual for a moeda de um país, vendidas como animais a troco de dinheiro.

Que poderão essas meninas esperar em relação a uma vida mais digna?

Se tais barbaridades ocorrem com meninas lindas, cheias de inteligência e vivacidade, que nos espera com nosso contingente de crianças abusadas, maltratadas quando nascem deficientes e são condenadas à morte, ou abandono total como se tratassem de animais que não desejamos que vivam? E nem pensemos que isso ocorre em países “atrasados”.

No Brasil temos crianças em situação abominável de vida, com pais envolvidos em drogas ou na pinga, caminhos rápidos para o crime e a prostituição de crianças já que esses pais não têm condições mínimas de tratar dos filhos.

Tais fatos apavorantes devem e certamente nos chocam, mas não devem influenciar nossas ações, sempre voltadas para o desenvolvimento harmonioso de nossos jovens, com a instalação de projetos educacionais realmente válidos, em que cada ser humano, menino ou menina, homem ou mulher, tenham a oportunidade de um trabalho digno e, para executá-lo, possam contar com as vultuosas verbas que os governos dedicam à educação e a saúde, com resultados medíocres.

Tem, pois, o mundo muito que caminhar no que tange ao artigo 19 – O direito de morar na comunidade – e como chegar a esse resultado, porém, outro assunto de magna importância vem nos últimos meses preocupando as lideranças dos países pobres e ricos, é o artigo 12 da Convenção de Direitos que aborda.

Ter o poder de decidir sobre a própria vida, seus pertences, e além disso, a capacidade de decidir sobre o que a pessoa espera da vida, não ter impostos sobre ela, escolhas de outras pessoas, sem a menor consideração pelo que essas pessoas com deficiência pensam e querem. Pois não são deficientes? têm mesmo é de fechar a boca e se comportarem, obedientes como sempre procuraram ser.

O artigo 12 – o direito de escolher – e o artigo 19 – o direito de morar na comunidade e ser incluído nela se complementam e mostram à exaustão a necessidade imperiosa de que nossos países valorizem, estimulem e aperfeiçoem o trabalho e a ação dos chamados autodefensores, ou seja, pessoas jovens em geral, devidamente treinadas a falar por seus

companheiros de jornada, expressando por sua voz e atitudes o que de fato desejam da sociedade a que pertencem.

Temos nós, que somos pais há muitos anos de pessoas com deficiência intelectual que estão envelhecendo como tudo nesta vida, de nos debruçarmos sobre questões do envelhecimento de nossos filhos, estudando a formação de moradias em que possam, de fato, ter famílias substitutas na ausência das suas, que possam se desenvolver com companheiros de deficiência que se tornam seus amigos e , também, com pessoas ditas normais – profissionais da área, voluntários de qualquer setor, pessoal que presta serviços a entidades. Cada uma dessas pessoas precisa conversar conosco, pais, para evitar cometer erros primários e bastante nocivos como, por exemplo, contribuir para infantilizar nossos filhos que estão envelhecendo, que não são certamente crianças, e que precisam ser tratadas como os adultos que são.

Imagem: Shutterstock



FÓRUM MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS 2013

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: KÉLIA RAMOS

Presidente Aracy Lêdo recebe em nome da FENAPAEs o 19º Prêmio Direitos Humanos



APAE BRASIL recebe o 19º Prêmio Direitos Humanos no Fórum Mundial de Direitos Humanos

A Federação Nacional das APAEs recebeu, no dia 12 de dezembro de 2013, no Fórum Mundial de Direitos Humanos, o 19º Prêmio Direitos Humanos na categoria Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

A premiação foi entregue à Presidente da Federação Nacional das APAEs – Aracy Lêdo, pelas mãos da Presidente da República Dilma Rousseff e a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

O Prêmio consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam ações de destaque na área dos Direitos Humanos. Para a seleção dos agraciados, foram considerados critérios como o histórico de atuação na área dos direitos humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.

Esta premiação para o Movimento das APAEs veio demonstrar o reconhecimento do governo e da sociedade civil mundial, dos mais de 50 anos de história e serviços prestados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla em todo o Brasil, onde as

2.125 APAEs e 23 Federações Estaduais realizam um atendimento filantrópico nas áreas da educação, saúde e assistência social em favor das pessoas com deficiência.

As vésperas de completar 60 anos, em 2014, a FENAPAEs se sente honrada em receber uma premiação tão importante para este Movimento. Principalmente no ano de 2013, onde todo o Movimento das APAEs lutou; foi para as ruas garantirem os direitos das pessoas com deficiência.

Comandados pela primeira mulher a presidir a FENAPAEs, Aracy Lêdo deu continuidade ao grande trabalho realizado pelos ex-presidentes, respeitando a Missão deste grande Movimento que é o de promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o Movimento perante os organismos nacionais e internacionais, com o objetivo da melhoria da qualidade dos serviços prestados, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA

PROPOSTAS E DESAFIOS EM 2013

COORDENADORA: FABIANA MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA



Este trabalho tem como objetivo apresentar o Plano de Ação (2013) da Coordenadoria de Educação e Ação Pedagógica da FENAPAEs, o desdobramento desse Plano, outras ações desenvolvidas pela coordenação e participações em eventos correlatos. Falar de educação e ação pedagógica em uma rede de tamanha diversidade e complexidade é desafiar-se a todo momento. No ano de 2013, então, além das ações previstas no Plano de Ação, vivemos momentos de tensão ao longo dos meses diante da aprovação do Plano Nacional de Educação, pelo Senado Federal, por outro lado, entramos no cenário das discussões, organização e debates nas Conferências Municipais e Estadual de Educação iniciadas no primeiro semestre de 2013 e concluídas por volta do mês de setembro do mesmo ano.

No texto base dessas Conferências, não menos problemático que o texto da Meta 4 e estratégias do Plano Nacional de Educação, identificamos inexistência de escolas especiais no Eixo 2, quando outros serviços eram reivindicados, como as salas de recursos multifuncionais, além do Eixo VI, no qual constava até 2016, o financiamento previsto para instituições especializadas. Enfim, tivemos que fazer gestão e acompanhar os acontecimentos nas diversas conferências de educação, com o intuito de garantir visibilidade das escolas especiais nos sistemas de ensino, sem contar os equívocos conceituais em torno da educação especial e educação inclusiva. Conforme consta na Lei 9394/96 (LDB), atualizada em 2013,

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais

do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Por sua vez, educação inclusiva

significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (GLAT, 2007, p. 16).

Como pode ser visto, a primeira é uma modalidade e a outra é um novo modelo de escola perseguido para a modificação dos sistemas de ensino de forma a propiciar a identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem, não cabendo discussão aprofundada neste artigo, mas que se constituem em temas da atualidade muito debatidos, motivadores de outros estudos.

Nesse debate, inspira-se nossa luta, para a qual propusemos ao Plano de Ação/2013, da mesma forma que os anos anteriores, o seguinte: 1 – Assessoria, apoio e orientação às unidades educacionais da rede apaeana; 2 – Pesquisa, sobre práticas pedagógicas em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); 3- Formação continuada aos profissionais de educação; 4- Acompanhamento das ações e projetos da UNIAPAE e 5- Acompanhamento e ação diante da Revista APAE Ciência, onde atuamos como Editora Técnica e Membro da Comissão Científica.

No que se refere à assessoria, apoio e orientação às unidades educacionais apaeanas, e trata-se de uma ação que ocorre presencialmente, quando somos solicitados ou à distância, para dúvidas, orientações e outras. No ano de 2013, estivemos em Bezerros/PE onde trabalhamos conceitos atuais da educação



especial e educação inclusiva, haja vista exigências do sistema de ensino do Estado e necessidade de adequação à legislação nacional e com a mesma finalidade, participamos de um minicurso na APAE de Luís Eduardo Magalhães/BA, 6 e 7/6/13. Também respondemos a e-mails, consultas diversas que nos são enviadas pela Sala de Soluções da FENAPAEs. Participamos do Congresso das APAEs do estado do Rio Grande do Sul em Novo Hamburgo/RS, nos dias 22, 23 e 24 de julho com a discussão do tema “O Fazer Pedagógico na Escola Especial”.

Um destaque especial a nossa participação no III CONGRESSO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUIDADE” ocorrido em Lisboa no período de 31 de outubro, 1º. e 2 de novembro do corrente ano. O tema foi desenvolvido com a organização de palestras e mesas redondas organizadas com foco nos seguintes sub-temas: E antes da escola? E durante a escola? E depois da escola? E para além da escola? Nossa participação no evento foi de extrema importância, uma vez que pudemos acompanhar o processo evolutivo da educação inclusiva em outro País, conquistas e desafios, com subsídios para reflexões e estudos, bem como, proceder análise comparativa com o que ocorre no Brasil. Os desafios são praticamente os mesmos, sabe-se da importância da inclusão como paradigma nos dias atuais, porém, muito precisa ser feito. O número de congressistas era praticamente o mesmo, entre portugueses e brasileiros, tanto que, na apresentação, o Presidente da Associação Nacional de Docentes da Educação Especial ANDEE destacou que o Congresso deveria chamar-se “Congresso Luso Brasileiro”.

De algumas falas no evento pontuamos a importância de se pensar no paradigma apoiar quem mais precisa, e, para tal, necessita-se contar com infraestrutura, formação continuada e recursos materiais, conforme

David Rodrigues, coordenador do evento, a respeito das parcerias para o sucesso da educação inclusiva, e que, “sozinhos podemos ir depressa, mas juntos podemos ir mais longe” e, “um balão para subir não precisa de ar quente, precisa de almas” (Fala do coordenador).

Segundo ouvimos, o Congresso estava acontecendo em momento de crise com diminuição do investimento em educação, destacando que se consegue ascender em inclusão com inovação tecnológica, reformas de centros de recursos para inclusão, preparação de plano de inclusão pós-vida escolar e intervenção precoce. A inclusão está mais viva do que nunca, mas só os bons sistemas são capazes de criá-la, defende-se a equidade, pois inclusão e equidade são as bases dos sistemas educacionais modernos, na perspectiva de inclusão que se quer manter e uma escola inclusiva capaz de acolher. A sociedade inclusiva é uma sociedade em que todos partilhem e impulsionem mudanças de atitudes, significa estar e permanecer na sociedade numa perspectiva inclusiva em que os alunos participem. Inclusão não é só estar dentro do sistema, mas de um sistema numa escola em que todos são capazes de aprender e com foco na intervenção precoce.

As crianças e jovens com necessidades educacionais especiais ¹ precisam ter atenção do governo, com o devido cuidado porque surgem medidas e aumentam os nós, unidades e escolas de referência, tecnologias da informação e comunicação, Língua para surdo; implementação do Sistema Daysi; acessibilidade, transporte, exames nacionais com princípios de justiça, financiamento. Um em cada 25 alunos precisam de apoio da educação especial. Dimensões, indicadores, acompanhamento dos pais, acompanhamento do progresso, acompanhamento de parcerias, desen-

¹ Termo utilizado nas falas



volvimento da colaboração, desenvolvimento de uma política de inclusão social, parceria com a comunidade e emprego. No que se refere ao governo, a promoção de profunda reflexão, políticas para inclusão e intervenção de especialistas e profissionais e, com os pais, um diálogo para garantir um futuro melhor para as crianças.

A luta pela escola inclusiva deve ser da sociedade e de todos os profissionais, haja vista a crise e ameaças; necessita-se de docentes que deem as respostas educativas, por meio da identificação das necessidades educacionais dos alunos, há necessidades que não estão cumpridas, mesmo com Decretos oficiais. Participamos também de apresentações orais e vimos vários projetos desenvolvidos no Brasil, todos buscando informações sobre a educação inclusiva e seus desdobramentos, detalhamento que não cabe neste Relatório.

Voltando ao Plano de Ação de 2013, elaboramos para realizar em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o Projeto de Pesquisa Educação Especial nas Unidades Educacionais da Rede Apaeana: Políticas de Inclusão, Aprendizagem e Desenvolvimento dos alunos com Deficiência que teve a execução aprovada pelo Conselho de Curso da Universidade, conforme a Resolução 629, de 26 de julho de 2013. Por motivos burocráticos e outros acúmulos, somente daremos início às ações do cronograma, em 2014. Além dos reflexos da inclusão escolar nas escolas especiais, propusemos pesquisar sobre práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades educacionais das APAEs, com a propósito de gerarmos publicação de caráter subsidiário às referidas práticas e ação docente.

Sobre a formação continuada, por meio da UNIAPAE, além de atuarmos como autora de projetos de cursos, participamos neste ano, como coordenadora e

professora do curso do Sistema AADID, Diagnóstico e Classificação da Deficiência Intelectual, e, ainda, no Curso de Estimulação Precoce, ambos com 40h/a.

O Curso Sistema AADID, em 2013, completou sua 9ª. Edição, contando com a participação de 35 cursistas no 1º. Semestre e 36 no 2º. Semestre. Trata-se de um curso de caráter teórico-prático, pois além dos estudos conceituais que envolvem a atualização promovida pela Associação Americana na discussão da deficiência intelectual, em consonância com a Classificação Internacional de Funcionalidade (2003) e a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano. Damos ênfase ao planejamento com a previsão e provisão da rede de apoio, sua importância e significação na vida das pessoas com deficiência intelectual, promovendo reflexões importantes sobre o atendimento das pessoas com deficiência intelectual nos dias atuais. O curso é organizado em formas de atividades escritas, resumos, fóruns de discussão, Chats e elaboração de Planos de Atendimento com base em estudo de caso, trazido das unidades em que os cursistas atuam. O maior desafio está em organizar todo o processo à distância, alguns cursistas indicam grandes dificuldades com as ferramentas virtuais no início, mas terminam envolvidos e curiosos com mais essa possibilidade interativa de trabalhar em equipe.

Na avaliação do curso "Sistema AADID" pelos cursistas, em 2013, diante da questão "o conteúdo apresentado atingiu suas expectativas", 72% responderam totalmente satisfeitos e 17% parcialmente satisfeitos.

O Curso de Estimulação Precoce tem como foco o estudo sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos com indicativos de deficiência, atraso no desenvolvimento e de alto risco. Esse curso completou sua 3ª. Edição, iniciou no ano de 2012 e, em 2013 contou com a participação de 58 cursistas no 1º. Semestre e 49 cursistas no 2º.

The logo for UNINTER is displayed on a dark blue rectangular background with a yellow horizontal bar at the bottom. The word "UNINTER" is written in white, bold, uppercase letters. To the right of the text is a stylized globe icon composed of yellow grid lines, with a white orbital ring around it.

UNINTER

Semestre. Na avaliação do curso pelos cursistas, diante da questão “o conteúdo apresentado atingiu suas expectativas”, 83% responderam totalmente satisfeitos e 28% parcialmente satisfeitos.

Diante da impossibilidade de estarmos em todos os lugares, devido as grandes distâncias entre as unidades das APAEs no País, entendemos que a UNIAPAE é o caminho para promovermos a formação continuada dos profissionais da rede e público externo. Já alcançamos distâncias antes não imaginadas com efetiva participação e ricos depoimentos dos profissionais que reconhecem nos estudos e pesquisas, ferramentas imprescindíveis para a qualidade dos serviços especializados, incluindo temas sobre gestão, elaboração de projetos e outros.

Além da participação nos cursos da UNIAPAE, temos atuado junto à coordenação local, avaliando projetos recebidos, apoiado na atualização do ambiente e na dinamização dos links dos cursos, sugerindo e incentivando os profissionais, a fim de otimizar cada vez mais os eventos dessa Unidade da FENAPAEs. No momento, a UNIAPAE encontra-se formalizando parceria com Universidades, como a Centro Universitário Internacional (UNINTER) com sede em Curitiba/PR e também, com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A UNINTER com o curso de Especialização sobre o Autismo e UFRB, em fase de formalização de convênio para oferta de cursos na área de Gestão, especialmente para oferta do Curso de Especialização em Gestão

Social do Terceiro Setor. A UNIAPAE, para atuação com sustentabilidade e competitividade, vem desafiando limites e possibilidades, diante de uma equipe reduzida, mas compromissada com os projetos presentes e futuros.

A Revista APAE Ciência nasceu na coordenação de educação e ação pedagógica sob o incentivo da FENAPAEs, e hoje, de forma on-line, não encontra fronteiras. Vem avançando na sua terceira edição nesse formato, trazendo artigos, relatos de experiência, entrevistas, enfim, matérias voltadas às discussões mais atualizadas sobre as pessoas com deficiência. Nesse sentido, leva o conhecimento aos mais distantes locais, basta acessar <http://apaeciencia.org.br/index.php/revista/about> e acompanhar publicações de relevância e de interesse daqueles que fazem do trabalho com pessoas com deficiência um dos seus projetos da vida profissional e que valorizam iniciativas dessa natureza.

A atividade que mais nos envolveu durante o ano foi o Plano Nacional de Educação, conforme descrito no item seguinte, além das participações em eventos citados, tivemos momentos de entrevista com a imprensa, quando fomos procurados para defender o ponto de vista da rede apaeana no texto do referido documento e explicar o porquê de tais defesas. São as seguintes as entrevistas concedidas: Rádio da Câmara; Imparcial – SP; Radio Câmara – DF; <http://www.oficinadeimagens.org.br>, de Belo Horizonte; Revista Aprendizagem-PR; Jornal TV BRASIL/DF; site Record R7-SP; Site DEVT SCHI - da Alemanha-Link da notícia <http://www.dw.de/educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-ainda-%C3%A9-assunto-pol%C3%AAmico-no-brasil/17266-121>; sitezero hora- RS; site Mogi NewaSP; Jornal O Tempo de BH-MG; Revista Reação/SP; TV Assembleia-MG; Estadão- SP.

**Ensino de qualidade
sempre perto das
suas mãos!**



**UNIVERSIDADE
CORPORATIVA
REDE APAE**

Acesse nosso site e confira a
programação completa dos cursos.

Inscreva-se: www.cursos.uniapae.org.br

VAGAS LIMITADAS!



Curta nossa página no facebook e
participe dos nossos sorteios.

 facebook.com/uniapae

Um projeto da:



Fone: (61) 3224-9922 / Skype: secretaria.uniapae / e-mail: secretariauniapae@apaebrasil.org.br

COORDENAÇÃO NACIONAL DE PREVENÇÃO E SAÚDE

COORDENADOR: RUI FERNANDO PILOTTO

Atividades Desenvolvidas em 2013

1. Participação do 5º Encontro Paranaense de Triagem Neonatal, como Presidente de Mesa Redonda;
2. Coordenou e participou da atividade científica sobre “LEVANTAMENTO CLÍNICO, EPIDEMIOLÓGICO E MOLECULAR DA SÍNDROME DE WILLIAMS NO PARANÁ”;
3. Repassou através da internet para todos os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde, de forma gratuita e legal o e-book sobre Manejo comportamental de crianças e adolescentes com Síndrome de Williams [livro eletrônico] : guia para professores, pais e cuidadores.

Imagem: Shutterstock



O referido e-book foi desenvolvido com o apoio da Associação Brasileira da Síndrome de Williams – ABSW e poderá ser baixado através do endereço eletrônico: <http://www.memnon.com.br/proesp/>

4. Participou como facilitador quanto à realização do curso através do ensino à distância sobre “Pós Graduação em Educação na Pesquisa do Ensino Estruturado para Autistas”;

5. Participou como palestrante do “II Seminário de Prevenção de Deficiências do Litoral Norte de Santa Catarina, em Balneário Camboriú, SC”;

6. Ministrou palestra sobre “Prevenção de Deficiências” durante o II Seminário de Prevenção de Deficiências junto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de São Bento do Sul, SC.;

7. Participou do “5º Encontro Brasileiro da Distrofia Muscular Duchenne de Curitiba”;

8. Participou como palestrante do “Seminário Multidisciplinar do Ambulatório da Síndrome de Down do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná”;

9. Está participando do projeto voltado à divulgação da Síndrome do X Frágil, no sentido de levar aos médicos e profissionais das Apaes o conhecimento sobre o quadro clínico, diagnóstico laboratorial e as formas de tratamento precoce desses alunos. O presente projeto está sendo encabeçado pelo Instituto Zeca Muggiati - Eu digo X;

10. Participou como facilitador no sentido de levar para a Editora da Universidade Federal do Paraná, a proposta de publicar em português a obra “Síndrome de X Frágil – pessoas, contextos & percursos”, organizada por Vítor Franco (Universidade de Évora, Portugal). Para tanto, fui convidado como

Coordenador Nacional de Prevenção e Saúde da FENAPAEs para escrever o prefácio, enaltecendo a importância da obra junto ao Movimento Apaeano no Brasil;

11. Repassou através da internet para todos os Coordenadores Estaduais de Prevenção e Saúde, de forma gratuita e legal o folder sobre “O uso de ácido fólico como forma de prevenção dos defeitos do tubo neural”. O referido folder foi desenvolvido com o apoio da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia –secção – PR;

12. Participou no sentido de prestigiar a FEAPAEs, quando da entrega da comenda de “Embaixador das Apaes” ao cantor Daniel, realizada na Apae de Porto Alegre, RS. Na oportunidade, estiveram acompanhando o evento as senhoras Rafaela Pizzato Muggiati Kaesemodel e Sabrina Pizzato Muggiati Abagge, responsáveis pelo projeto “Eu digo X” do Instituto Zeca Muggiati, já mencionado acima, e que certamente será um parceiro junto ao Movimento Apaeano;

13. Foi repassado através da internet e do correio eletrônico, informativo em powerpoint sobre a revista “Apae-Ciência”, no sentido de motivar os profissionais do Movimento Apaeano, na área de Prevenção e Saúde, a publicarem em nossa revista. Na oportunidade, foi preparado gratuitamente pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná, um documento explicando detalhadamente sobre as formas de como realizar um levantamento bibliográfico sobre um determinado tema para realização de uma pesquisa científica;

14. Na qualidade de Coordenador Nacional de Prevenção e Saúde da Federação Nacional das Apaes, foi apresentado um vídeo no sentido de reforçar em 2013, o convite que já havia feito a todos

os companheiros do Movimento Apaeano a criarem uma conta na plataforma Skype®, com o intuito de podermos conversar sobre assuntos referentes a nossa Área de Prevenção e Saúde, disponibilizarmos aulas, assim como, viabilizarmos a troca de arquivos que sejam interessantes ao grupo. Foi muito simples, e os interessados puderam acompanhar o vídeo, mostrando o processo passo-a-passo. Tal vídeo e arquivo estão disponíveis no site : genetica-medica.net.br;

15. Participamos das reuniões que foram convocadas pela Executiva Nacional, em diferentes momentos.

Imagem: Shutterstock



COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTES

COORDENADORA: ROSÂNIA DE ALMEIDA

Um ano repleto de trabalho e envolvimento de muitos profissionais para a concretização do IX FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE, realizado em São Luís-MA, nos dias 14 a 18 de novembro de 2013.

Neste evento reuniu 21 Estados, onde foram contemplados nos palcos do Centro de Convenção Governador Pedro Neiva de Santana, as apresentações artísticas de Artes Cênicas, Artes Visuais, Dança Folclórica e Dança, mostrando os diferentes talentos artísticos das APAEs do Brasil.

Nas exposições ocorridas no Saguão do local, foram expostos belíssimos trabalhos através das Artes Visuais, Artes Literárias, Artesanato e Cartazes.

Além das modalidades artísticas, foi proporcionado espaço para o encontro dos autodefensores representantes dos estados, onde foi discutidos e desenvolvidos ações que favoreceram a pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Todas essas ações teve o trabalho árduo do estado do Maranhão, através da Federação Estadual e

Apae de São Luís que não mediram esforços para receber os participantes neste evento que congregou alunos, professores, famílias, dirigentes de APAEs, Estados, Coordenadores Estaduais de Arte e o público em geral.

O objetivo maior do evento foi atingido e os desafios foram superados; e como numa sinfonia afinada, as expressões artísticas dos alunos foram valorizadas e apreciadas no decorrer do Evento.

A Federação Nacional das APAEs, através da Coordenação Nacional de Arte, agradece imensamente cada um que estava presente neste evento e, especialmente, à brilhante atuação do Coordenadores Estaduais de Arte que proporcionaram um show de dedicação, envolvimento e competência para que os artistas alunos entrassem em cena!

A todos, o nosso Muito Obrigado e até o X FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE

Crédito Fotos: FENAPAEs e Honório Moreira - MA



COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

COORDENADORA: MARIA HELENA DE ALCÂNTARA



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS INTELLECTUAL E MÚLTIPLA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS ATUAIS.

O Movimento APAEANO acumulou, nos últimos anos, uma expressiva experiência sobre questões relacionadas à educação profissional de pessoas com deficiência. Nestes últimos seis anos, porém, devido aos avanços que vêm ocorrendo no Brasil relacionado às pessoas com deficiência e ao mundo do trabalho, torna-se imprescindível apresentar para os profissionais que atuam nessa área alguns desafios e perspectivas relacionados à formação inicial, à qualificação e à inserção profissional desse segmento.

O censo de 2010 do IBGE aponta que 23,9% da população do Brasil possui algum tipo de deficiência permanente, totalizando 45.606.048 pessoas e, de acordo com a implementação da convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiências, o relatório mundial ressalta que a incidência de deficiências só vem aumentando, sendo que este aumento deve-se, principalmente, às desigualdades sociais.

Nas áreas da educação profissional, trabalho, emprego e renda, a pessoa com deficiência intelectual e múltipla ainda não conquistou de fato seus direitos fundamentais e reais. Ainda é grande o impacto que essas deficiências causam no mundo do trabalho e na sociedade em geral. A dificuldade em pensar o trabalho dessas pessoas fora do quadro de referenciais conhecidos é um grande desafio para quem atua na área. É necessário que os direitos garantidos no texto da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência saiam do papel e que o conjunto de leis e decretos, embora disperso, seja observado e obedecido.

Pesquisa realizada pela Federação Nacional das APAEs, em 2007, focalizando a capacitação profissional e a demanda de postos de trabalho para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, trouxe dados relevantes em relação aos postos de trabalho que os empresários consideraram compatíveis com a possibilidade de formação profissional desse segmento como: auxiliar de escritório, atividades administrativas, atendente, balconista, auxiliar de limpeza, mensageiro, office-boy, recepção, repositor, serviços gráficos, processador de alimentos, auxiliar de professor, higienizador, encadernador, restaurador de bens culturais, dentre outros. A pesquisa mostrou, ainda, que é necessário dar ênfase nas habilidades e competência a serem desenvolvidas pelo aprendiz antes de sua qualificação e inclusão profissional. Tais habilidades ainda são pouco exploradas pelas instituições formadoras.

A Lei n. 12.513, de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em seu § 2º do Art. 2º, prevê a estimulação da participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica no seu âmbito; e no Art.4º prevê a estimulação à expressão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação das Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais de Educação. No § 3º define os requisitos e critérios de priorização para concessões de bolsas-formação, considerando-se a capacidade de oferta, identificação da demanda, nível de escolaridade, faixa etária, existência de deficiência, entre outros, observados os objetivos do programa. Finalmente, em seu art. 8º, prevê a participação de entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitados, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação

Aluna da APAE DF



de contas com aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente.

Embora no texto da Lei conste a participação das organizações não governamentais sem fins lucrativos no processo de qualificação profissional do PRONATEC, o MEC ainda não definiu os critérios dessa participação. Curiosamente, a atual Política Nacional de Educação Inclusiva (MEC, 2008) pouco se refere ao atendimento a ser prestado à pessoa com deficiências intelectual e múltipla nessa área, que, durante sua escolarização, não tem conseguido adquirir, efetivamente, habilidades e competências para participar de programas de educação profissional que demandam o mínimo: habilidades básicas de leitura e escrita e comportamento adaptativo compatível com o mundo do trabalho (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008).

A maior limitação percebida nas políticas públicas e iniciativas privadas de inclusão profissional de pessoas com deficiência é que geralmente elas concentram suas ações apenas na qualificação profissional e/ou no encaminhamento ao trabalho, esquecendo-se de outras etapas de fundamental importância para o sucesso da inclusão profissional. Antes de encaminhar qualquer pessoa com deficiências intelectual e múltipla para cursos de qualificação profissional, é preciso avaliar se esta apresenta perfil e interesse para a área de formação sugerida. Após a qualificação, também não basta encaminhá-la para vagas existentes no mercado de trabalho. É preciso avaliar se tais vagas disponíveis têm atribuições compatíveis com o perfil e a qualificação da pessoa com deficiência e se o ambiente profissional oferece a acessibilidade necessária (física e humana) para recebê-la. Outra etapa indispensável é o acompanhamento do profissional recém-colocado, período quando são implementadas eventuais mudanças no

ambiente de trabalho para sua plena integração e permanência produtiva na função.

Cursos de qualificação profissional ofertados para pessoas com deficiências intelectual e múltipla devem ser alinhados às demandas do mundo do trabalho, mas é preciso também compatibilizar as demandas identificadas com as possibilidades, aspirações, escolaridade e saúde dessas pessoas, e, concomitantemente, contribuir para a promoção desse sujeito às diversas alternativas de inclusão profissional, ou seja, emprego competitivo apoiado, emprego competitivo convencional (ou aberto) e trabalho autônomo. De acordo com Sasaki (2005), a metodologia do emprego competitivo apoiado, praticada nos Estados Unidos e na Europa, começou a ser noticiada no Brasil aproximadamente em 1992, pela jornalista Francisca Rodrigues, no jornal Folha de São Paulo. O emprego competitivo apoiado consiste na preparação, apoio e acompanhamento de pessoas com deficiências para ingressar no mercado de trabalho. O autor complementa que o emprego apoiado é um emprego competitivo, exercido em recintos inclusivos e desempenhado por pessoas

com acentuado grau de deficiência, que nunca trabalharam fora das entidades sociais, ou por pessoas para quem o emprego competitivo convencional tem sido intermitente ou interrompido em consequência de um grau mais elevado de deficiência e que, por isso, necessitam de serviços de apoio contínuo para desempenhar tarefas laborais. Sasaki (2005) assevera que há necessidade urgente de formulação e aprovação de leis e políticas públicas para disciplinar o desenvolvimento da metodologia de emprego apoiado no Brasil.

Em Brasília, a APAE especializou-se em educação profissional, trabalho, emprego e renda. A primeira experiência de emprego apoiado deu-se no ano de 2000, inicialmente na modalidade de equipes móveis realizando trabalhos de conservação de jardins bem como manutenção e limpeza de condomínios. Depois de três anos de experiência, a equipe técnica da instituição avaliou a iniciativa como positiva do ponto de vista do desenvolvimento de habilidades e competências para o trabalho. No entanto, constatou-se a incompatibilidade do projeto com a filosofia do emprego apoiado, pois esta não

Inclusão Digital realizado pela APAE – DF





possibilitava aos trabalhadores a convivência com outros trabalhadores.

Em 2007, depois de vários estudos baseados na primeira iniciativa, na legislação brasileira, na realidade do mercado de Brasília e nas potencialidades da clientela, deu-se início o projeto de Conservação de Bens Culturais, em parceria com a Universidade de Brasília e o Arquivo Nacional. Atualmente, esse projeto transformou-se em programa de qualificação profissional e de colocação por meio do emprego competitivo apoiado. Nesta proposta, as equipes são fixas nos locais de trabalho e a APAE/DF avalia que a experiência tem sido altamente significativa, pois permite, de fato, a interação dessas pessoas com trabalhadores locais. Para que práticas de emprego competitivo apoiado como esta se tornem realidade no Brasil, fica claro que as instituições precisam dar passos mais decisivos, principalmente as que atuam em favor de pessoas com deficiências intelectual e múltipla.

Alternativamente, outro modo de inclusão no mercado de trabalho é por meio do emprego competitivo convencional. Nessa modalidade, conforme definição de Sasaki (2005), a inserção é realizada com o

mínimo de modificações ou ajustamentos no posto de trabalho ou na forma de execução das tarefas. Há, ainda, o trabalho autônomo, que consiste em propiciar à pessoa com deficiência formação, orientações e informações necessárias para uma atuação profissional independente, sem vínculo empregatício, caracterizada pelo gerenciamento de pequeno negócio ou empreendimento que envolve gestão. Esta alternativa exige o envolvimento da família no processo e aloja muito bem as pessoas com deficiência que recebem o benefício da prestação continuada, muito embora a Lei nº 12.476/2011 já permita o trânsito de pessoas com deficiência da política de assistência social para o trabalho, e vice-versa.

Estudos recentes apontam a necessidade de discussão sobre a participação de pessoas com deficiências intelectual e múltipla em concursos públicos. Na medida em que o processo de inclusão social avança, a legislação assume papel importante de apoio às iniciativas de colocação profissional. Neste contexto, um grande desafio que começa a tomar forma é a possibilidade de acesso da pessoa com deficiência intelectual ao emprego por meio de concurso público.

De acordo com Gugel (2013), em seu artigo “Concurso público para pessoas com deficiência”, a participação de pessoas com deficiência intelectual não está garantida nos concursos públicos. Apesar da Lei nº 8.112/90 estabelecer uma reserva legal de até 20% das vagas para pessoas com deficiência, este direito ainda está distante da realidade dessas pessoas em função de suas limitações intelectuais. É impossível, para elas, o exercício de tal direito e sequer é cogitada sua forma de participação. A autora orienta que as entidades não governamentais conscientizem a sociedade sobre o direito ao concurso público para pessoas com deficiência intelectual e



que mobilizem os setores públicos locais a adaptarem os certames públicos para essa população em cargos e empregos públicos que dispensem a comprovação de escolaridade, de forma a avaliar as competências e habilidades para o desempenho da função.

A educação inclusiva, apesar dos avanços quantitativos alcançados, precisa ser avaliada do ponto de vista qualitativo, para que possa ser aperfeiçoada. Seus resultados atuais ainda não atingiram o desejado, principalmente na formação do aluno para o mundo do trabalho.

Diante dos fatos expostos em relação à pessoa com deficiências intelectual e múltipla, tornam-se necessários esforços compartilhados quando se almeja uma educação para todos. Somente a participação de diferentes setores viabilizará essa perspectiva. O empenho solitário da educação não é suficiente para o sucesso da inclusão profissional dessa população específica da sociedade (OLIVEIRA; CARVALHO, 2008).

Em um programa de diversidade e inclusão efetiva, pode-se ver a eficiência junto com a deficiência acrescentando novos panoramas nos processos econômicos, declara Chaves (2013) em sua palestra "Inclusão profissional de pessoas com deficiência", realizada no Congresso Internacional Sobre Saúde da Pessoa com Deficiência e Grupos Especiais, em Brasília-DF.

Nesta perspectiva, garantir à orientação profissional, o desenvolvimento de habilidades e competências, a acessibilidade em concursos públicos e, de um modo geral, a ampliação de alternativas de inclusão profissional é um grande desafio a ser perseguido pelas instituições que atuam nas áreas da educação profissional, trabalho, emprego e renda.

REFERÊNCIAS

CHAVES, A. Palestra Inclusão Profissional de Pessoas com Deficiência, realizada no Congresso Internacional sobre Saúde da Pessoa com Deficiência e Grupos Especiais. Brasília, 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. Educação profissional e trabalho para pessoas com deficiências intelectual e múltipla. Plano orientador para os gestores e profissionais. Brasília: Editora Dupligráfica, 2007

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. Educação profissional e colocação no trabalho: uma nova proposta de trabalho junta à pessoa portadora de deficiência. Gráfica Anhembi Morumbi, 1997.

GUGEL, Maria Aparecida. Concurso Público para Pessoas com Deficiência Intelectual. Tese apresentada e aprovada no XX Congresso Nacional do ministério Público, Brasília, 2013, p. 475-85.

MELLO, F. A. F. O desafio da escolha profissional. Campinas, SP Editora: Papyrus, 2002.

OLIVEIRA, M.H.A.; CARVALHO, E.N.S. Educação profissional e trabalho: Focalizando a pessoa com deficiência intelectual e múltipla. IN: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.//Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Inclusão, participação e desenvolvimento: um novo jeito de avançar. Brasília: Corde, 2008. P. 60-62.

SASSAKI, Romeu. 1º Congresso Muito Especial de Tecnologia Assistiva e Inclusão Social de Pessoas com Deficiência do Distrito Federal. Legislação Básica. Brasília, 2005.

TEXTO REFERÊNCIA DE PROJETO apresentado ao MEC para capacitação de Pessoas com Deficiência Intelectual pelo mandato do deputado federal Eduardo Barbosa. Brasília 2011.

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER

COORDENADOR: ROBERTO ANTÔNIO SOARES

Das ações planejadas e previstas pela Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer da Federação Nacional das Apaes no ano de 2013, segue abaixo por ordem de prioridade e execução:

- Atualização da planilha de contatos dos Coordenadores Estaduais, para cadastro, sendo de essencial necessidade para identificação das referências do setor no Movimento apaeano por estado, facilitando a articulação e desenvolvimento das propostas estabelecidas. A Coordenação Nacional conseguiu com esta ação obter dos 26 estados o articulador do setor. Após esta etapa, foram organizadas as informações na planilha e divulgadas no site da FENAPAEs, no Menu: Políticas Estratégicas, no Submenu: Educação Física, e na Página: Coordenadores, e enviadas por e-mail as federações e coordenações estaduais. ANEXO I
- Construção do Calendário Nacional de Atividades Esportivas da FENAPAEs 2013, onde o objetivo é incentivar os estados através dos professores de Educação Física a incentivar o intercâmbio entre as entidades, a prática esportiva e seus benefícios, de forma organizada com divulgação para a rede através do registro destes encontros no calendário nacional de atividades esportivas, possibilitando, assim, o acesso à informação de possíveis interessados na participação de determinado evento. Para tanto, este instrumento deve ser atualizado sempre que necessário com novas datas de projetos a serem realizados, que no momento atinge mais de 250 eventos cadastrados. O calendário está disponível no site da FENAPAEs, no Menu: Políticas Estratégicas, no Submenu: Educação Física, e na Página: Calendários Esportivos, e enviadas por e-mail as federações e coordenações estaduais. ANEXO II
- Disponibilizar material bibliográfico, regulamentos de modalidades e eventos esportivos, para os profissionais da rede, será sempre meta desta coordenação, pela sua relevância no suporte e abastecimento de estudos e pesquisas recentes, bem como de experiências de sucesso produzidas, vivenciadas e compartilhada pelo movimento apaeano. Neste sentido, temos no site da FENAPAEs, no Menu: Políticas Estratégicas, no Submenu: Educação Física, e na Página: Conteúdo Técnico; e na Página: Regulamentos de Modalidades, diversos documentos que servem de norteadores.
- As ações com o maior volume de demanda estão caracterizadas no suporte técnico via e-mail, redes sociais e telefone que consomem 90% dos trabalhos, atendendo aos profissionais de diversos setores da rede, ficando evidente a importância dos contatos atualizados dos articuladores estaduais para os devidos esclarecimentos e encaminhamentos.
- Há previsão de participação da Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer da FENAPAEs no Festival Nacional Nossa Arte que acontece em novembro na cidade de São Luiz do Maranhão, para contribuir, vivenciar e aprender novas técnicas de organização para aprimoramento da gestão da pasta, principalmente no gerenciamento de eventos desta magnitude.
- Porém duas ações projetadas para serem executadas neste ano de 2013 não foram contempladas, mas serão remanejadas para serem viabilizadas no próximo ano de 2014, são elas:

- Realizar 2 reuniões técnicas presenciais com os coordenadores estaduais durante o ano. Sendo a primeira no 1º Semestre, e conseqüentemente a segunda no 2º Semestre.
- Acompanhar em Loco eventos esportivos com objetivo principal de aproximar a coordenação da FENAPAEs às unidades apaeanas.

Este relatório de atividade, desenvolvida no ano de 2013, pela Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer, está exposto de forma resumida, destacando as projeções de demandas da pasta e seus encaminhamentos e definições.

XX Olimpíadas Especiais das APAEs realizada na cidade de Maringá – PR em 2013



ANEXO I – Recorte: Planilha de contatos dos Coordenadores Estaduais de Educação Física 2013

Nº	ESTADOS	SIGLA	COORDENADORES	TELEFONES/CONTATOS	E-MAILS
01	Acre	AC	Osmarina Montrezol de Oliveira	Trabalho: (68) 3227-3034 / 4498 (68) 8115-5700	osmarinaedf@hotmail.com
02	Amapá	AP	José Joacimar Gama da Silva	(96) 9111-4531/ 8111-4011 Trabalho: (96) 3222-2563 / 3223-4452	joacimar12010@hotmail.com apaemacapa@bol.com.br
03	Bahia	BA	Sílvio Roberto Teixeira dos Santos	Trabalho: (71) 3272-3650 (71) 3371-4152/ 8875-5241	silviorfts@bol.com.br feapaeba@yahoo.com.br
04	Ceará	CE	Elisângela Ferreira da Silva	(88)9906-5168 /3511-0045 Trabalho: (88) 3571-1387	elisangelaapae09@yahoo.com.br apaejn@gmail.com
05	Distrito Federal	DF	Andréa Glaucy Davim Raulino	Trabalho: (61) 2101-0460 (61) 4141-5386 / 8145-1780	aevgraul@hotmail.com
06	Maranhão	MA	Jose Henrique de Azevedo	Trabalho: (98)32214603 (98) 3247-1824/ 8707-5309	mangueirao10@hotmail.com federacaoma@apaebrazil.org.br
07	Espírito Santo	ES	Maria Ângela Marcelino Carvalho	Trabalho: (27) 3223-7035 Feapaes (27) 3317-7792/ 8164-0087	angela_educart@hotmail.com feapaes.es@uol.com.br
08	Mato Grosso	MT	Gustavo Rodrigo Carvalho Costa	(66) 9633-3515 / 3544-3188 Trabalho: (65)3644-2719/ 9235-6631	germam_gu@hotmail.com feapaes.mt@terra.com.br
09	Mato Grosso do Sul	MS	Eder Olinski Farias	(67) 3454-5203/ 9936-0131/ 8476-1188 Trabalho: (67) 3313-6400	ed_olinski@hotmail.com feapae@uol.com.br catarina_areco@hotmail.com
10	Pará	PA	Carlos Alberto Martinho Brayner	(91) 3232-0997/ 8184-5879 (91) 3241-2955 Federação	carlos_brayner_pai@yahoo.com.br feapaepara@yahoo.com.br
11	Paraíba	PB	Cecília de Castro Querino Dias	(83) 3362-2422 / 8725-0735 Trabalho: (83) 3337-2454/ 3315-8700	ceciliacqd@hotmail.com apae.cg@ig.com.br
12	Paraná	PR	Edson Luiz Martinussi	(43) 3341-8872/ 9685-5780 Trabalho: (41)3343-2640	ed.fisica.edson@hotmail.com portal@apaep.org.br
13	Rio de Janeiro	RJ	Fábio Gonçalves Coboski	(22) 2627-9715 / 9234-9998/99526670 Trabalho:(22) 2623-6752 / 2623-8250	fabionatacao@yahoo.com.br fabio.prof.ef@hotmail.com
14	Rio Grande do Sul	RS	Paulo Jose Antoni	(51) 3562-3761/ 8122-1381 Trabalho: 35623332/32276787	pjaportao@yahoo.com.br federacao@apaers.org.br apaeportao@terra.com.br
15	Santa Catarina	SC	Lílian Hosang	(47) 3349-7097 / 9618-9309 Trabalho: (47) 3348-8813	lhosang1957@hotmail.com lilian.apae@yahoo.com.br



Nº	ESTADOS	SIGLA	COORDENADORES	TELEFONES/CONTATOS	E-MAILS
16	São Paulo	SP	Roberto Antonio Soares	(16) 3337-5839/ 9761-2050 Trabalho: (16) 3305-6000	beto10soares@yahoo.com.br
17	Tocantins	TO	Valmir Fernandes de Lira	(63) 84154301/ 3351-3347 Trabalho: (63) 3215-3955	valmirpardal@bol.com.br educacaofisica@apaetocantins.org.br federacaoto@uol.com.br federacaoto@apaebrazil.org.br
18	Sergipe	SE	Nívea Merielle Costa Silva	(79) 9908-6821 (79) 3431-1748 – Feapae -SE	apae.ita@hotmail.com niveamerielle@hotmail.com
19	Minas Gerais	MG	Otávio Oswaldo Pignolato Filho	(31)3047-1203/3443- 1201/9611-5552 Apae de BH – 3489-6939 Feapaes/MG (31) 3291-6558	pignolato2006@yahoo.com.br fapaesmg@apaeminas.org.br belohorizonte@apaebrazil.org.br
20	Goiás	GO	Paulo Moreira Maia Brasil	(62) 3098-2360/ 9957-0171 (62) 3098-3535- Apae Anapólis	pauloedufisica@gmail.com efeapaesgo@gmail.com
21	Amazonas	AM	Francisco Barbosa de Freitas Filho	(92) 9113-1400 Trabalho: (92) 3643- 8400 / 8137-5665	francisco_bff@hotmail.com
22	Pernambuco	PE	Maria Aparecida do Nascimento	(81) 9848-9226/ 9888-1144 Trabalho:(81) 9888-1144	aparecida_edufisica@hotmail.com
23	Rondônia	RO	Belmiro Barriviera	(69) 3424-4010/ 9988- 2659/ 8137-8566 Trabalho: (69) 3424-4010	belmiro.56@hotmail.com bbarriviera@hotmail.com
24	Piauí	PI	Jarbas Paulo de Carvalho	(86) 9972-0717 /3232-7371 Trabalho: (86) 32227925	jarbaspaulo@hotmail.com
25	Alagoas	AL	Bianca Santos da Costa	(82) 3320-1368 / 8898-2799 Trabalho: (82)3221-2187	biancaedf@hotmail.com maceio@apaebrazil.org.br
26	Rio Grande do Norte	RN	Laerte Medeiros de Araújo	(84) 3421-1573 / 8762-1975 Trabalho: (84) 3421-2109	laerte125@yahoo.com.br apaecaico@yahoo.com.br

ANEXO II – Recorte: Calendário Nacional de Atividades Esportivas 2013:

Nº	ESTADO	DATA	CIDADE	MODALIDADE / EVENTO
157	São Paulo	01/10	Mogi das Cruzes	Atletismo (Festival)
158	Paraná	03/10	Ibiporã	Natação (Campeonato Regional)
159	São Paulo	04/10	Catanduva	Atletismo e Natação (1º Festival Esportivo)
160	São Paulo	09/10	Avaré	Atletismo (6ª Etapa 15º CEAEA)
161	São Paulo	09/10	Piedade	Futsal (Torneio Regional)
162	Paraná	09/10	Sto Antônio Sudoeste/ Sta Izabel Oeste	Jogos Recreativos Infantis (Semana da Criança)
163	Paraná	11/10	Jaboti/ Sapopema	Jogos da Amizade (todas as cidades do conselho)
164	São Paulo	17/10	Juquiá	Atletismo (4ª Etapa – Circuito Regional)
165	São Paulo	18/10	Osvaldo Cruz	Atletismo (2º Festival Esportivo)
166	Bahia	18 a 20/10	Salvador	Futsal (I Copa de Futsal Inclusiva)
167	Paraná	22/10	Reserva	Festival Recreativo
168	Paraná	22/10	Cianorte	Rua de Recreio
169	São Paulo	23a25/10	Caraguatatuba	XI Encontro Esportivo
170	São Paulo	24/10	São Caetano Sul	Tênis de Mesa / Dama
171	São Paulo	25/10	Taquaritinga	Biribol (II Torneio)
172	São Paulo	25/10	São Sebastião	Natação (Festival)
173	Paraná	29/10	Rolândia	Atletismo (Campeonato Regional)
174	São Paulo	OUTUBRO	Piracicaba	Atletismo (2º Festival)
175	São Paulo	OUTUBRO	Americana	Natação (4º Torneio Regional)
176	São Paulo	OUTUBRO	Campinas	Futsal (5º Torneio Local)
177	São Paulo	OUTUBRO	Americana	Natação (4º Torneio Local)
178	Rio de Janeiro	OUTUBRO	Volta Redonda	Dança (Festival – Fundação Beatriz Gama)
179	Paraná	OUTUBRO	Mariândia do Sul	Futsal (Estadual)
180	Paraná	OUTUBRO	Irati	Park Dance (Festival Recreativo)
181	Paraná	OUTUBRO	São Pedro do Ivaí	Atletismo (JAVIS)
182	Paraná	OUTUBRO	Guarapuava	Tênis de Mesa (II Torneio Regional)
183	Paraná	OUTUBRO	Pato Branco	Atletismo (Festival)
184	Paraná	OUTUBRO	Cruz Machado	Festival Recreativo
185	Paraná	05/11	Apucarana	Aquático (Jogos Recreativo)

Nº	ESTADO	DATA	CIDADE	MODALIDADE / EVENTO
186	São Paulo	06/11	Mauá	Basquete
187	São Paulo	06/11	Bariri	Handebol (7ª Etapa 15º CEAEA)
188	São Paulo	07/11	Iguape	Basquete (5ª Etapa – Circuito Regional)
189	Minas Gerais	07 a 10/11	Nova Serrana	Atletismo, Natação, Futsal, Handebol, Tênis de Mesa, Queimada, Peteca, Atividades Alternativas, Lancelbol, (III Olimpíada das AAPES do Conselho Regional Centro Oeste III)
190	São Paulo	09/11	Cachoeira Paulista	Atletismo (XVI Jacap – Jogos Abertos de Cachoeira Paulista – Parajacap)
191	Paraná	11a17/11	Maringá	Parajeps (Jogos Paradesportivo do Estado do Paraná)
192	Rio Grande Sul	17/11	Horizontina	Gincana Recreativa (1ª Edição)
193	São Paulo	22/11	Matão	Natação (6ª Etapa – 11º CREE)
194	Mato Grosso Sul	23/11	Naviraí	Jogos Cooperativos
195			São Paulo	23/11
196	Rio Grande Sul	27/11	Horizontina	Gincana Recreativa (2ª Edição)
197	São Paulo	29/11	DEFINIR	Futsal, Basquete, Atletismo
198	São Paulo	NOVEMBRO	Mogi das Cruzes	Atletismo
199	São Paulo	NOVEMBRO	Mogi Mirim	Natação (1º Festival)
200	Paraná	NOVEMBRO	Irati	Tênis de Mesa (VI Torneio Regional)
201	Paraná	NOVEMBRO	Boa Esp. do Iguaçu	Festival Recreativo
202	Paraná	NOVEMBRO	Realeza	Xadrez (Open Regional)
203	Paraná	NOVEMBRO	Enéas Marques-Francisco Beltrão	Mini-Handebol
204	Paraná	NOVEMBRO	Guarapuava	Atletismo (Campeonato Regional)
205	Paraná	NOVEMBRO	Mariópolis	Futsal (VI Torneio Especial); Tênis de Mesa (II Encontro)
206	São Paulo	04/12	Igaraçu Tiete	Basquete (8ª Etapa 15º CEAEA)
207	Mato Grosso Sul	05/12	Maracaju	Atletismo (1º Open Estadual)
208	São Paulo	DEZEMBRO	Campinas	Futsal - Down (6º Torneio Regional Futsal Down)
209	Paraná	DEZEMBRO	Guarapuava	Gincana (Regional das Apaes)
210	Paraná	DEZEMBRO	Francisco Beltrão/Barracão	Gincana

COORDENAÇÃO NACIONAL DE AUTODEFENSORIA E FAMÍLIA

COORDENADORA NACIONAL: ELCIRA BERNARDI

COORDENADORA ADJUNTA: JACK SPIELBERG

No ano de 2013, o programa de Autogestão, Autodefensoria e Família teve uma grande preocupação em orientar uma maior aproximação das famílias, tendo sido publicado como diretriz nacional para o ano o artigo Autodefensoria da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e seus Familiares, cujo conteúdo busca aproximar os conceitos do programa das famílias de modo a criar mecanismos para maior autonomia social da

pessoa com deficiência nos seus diversos meios de convivência.

No dia 15 de novembro de 2013, foi realizado, na cidade de São Luiz, no estado do Maranhão, o II Encontro Nacional de Autodefensoria e Família. Estiveram presentes representantes de 13 estados, que debateram sobre diversos temas atuais relacionados à causa da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Abaixo segue na íntegra o relatório elaborado pelos Autodefensores.

Relatório conclusivo do Encontro de Autodefensores.

Nós, Autodefensores Estaduais presentes no segundo encontro, queremos que as Federações Estaduais cumpram com o programa de Autogestão, Autodefensoria e Família, previsto como espaço de escuta e participação, com encontros de formação e discussões regulares, de modo que nos dois anos que antecedem a realização do Fórum Nacional de Autogestão, Autodefensoria e Família, seja realizado ao menos um encontro anual.

Em relação à educação, queremos que seja cumprida a legislação, com a garantia da escola especial, com apoio e investimento na área, com a formação de professores e a aquisição de tecnologia assistiva que garanta oferta de uma escola de qualidade para todos.

Reforçamos a importância da participação de representantes em todos os conselhos municipais, estaduais e nacional nos Conselhos de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Lembrando que somos a raiz do movimento apaeano.



PROCURADORIA JURÍDICA FENAPAES

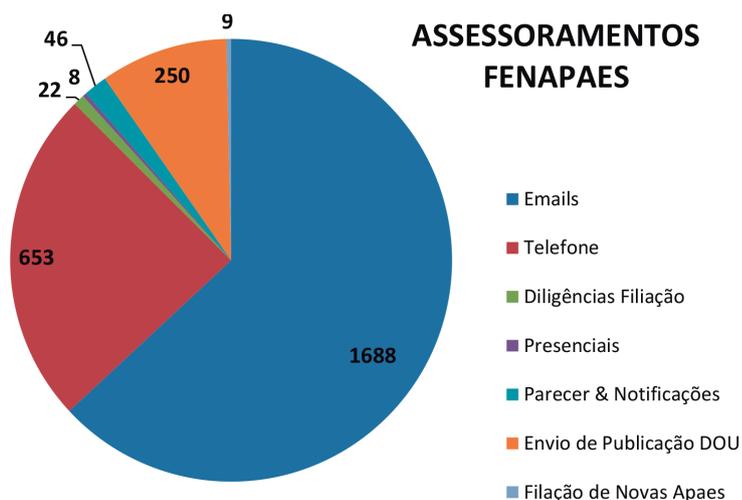
ASSESSORAMENTO PRESTADO ÀS FILIADAS PELA PROCURADORIA JURÍDICA DA FENAPAES

PROCURADORA JURÍDICA: ROSANGELA MARIA WOLFF DE QUADROS MORO



A Procuradoria Jurídica da Federação Nacional das Apaes, como nos demais anos, vem prestando assessoramento às filiadas à FENAPAES. Esse assessoramento é realizado, diariamente, pela equipe do jurídico da FENAPAES, atualmente composta por uma Procuradora Jurídica, uma Assistente jurídica e uma Analista Jurídica. Salienta-se que o assessoramento prestado pela Procuradoria Jurídica dar-se-á por meio de e-mails, telefonemas, atendimento presencial e ainda via correios. Ressaltamos que inúmeras são as dúvidas dirimidas pela Procuradoria Jurídica da FENAPAES, relativas a diversos assuntos de interesse da rede Apaes, das quais destacamos: leis vigentes que asseguram direitos a pessoa com deficiência, bem como as Apaes; normativas que regem o movimento apaeano, tais como estatuto e resoluções; concessão e manutenção de certificados e títulos, como Cebas e utilidade pública federal; eleições das Apaes dentre outros.

Neste contexto, a Procuradoria Jurídica apresenta, abaixo, um gráfico, a fim de demonstrar em números o assessoramento prestados às suas filiadas no ano de 2013.



O ano de 2013 foi marcado pelas eleições das Apaes. Neste sentido, objetivando o assessoramento às filiadas no processo eleitoral das Apaes, a Procuradoria Jurídica elaborou o Manual de Eleições com perguntas e respostas das dúvidas mais frequentes, em conformidade com o Estatuto padrão das Apaes, acompanhado dos modelos. Desta forma, muitas de nossas filiadas terão, a partir de janeiro de 2014, novos dirigentes sob a presidência das Apaes, para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelas entidades, buscando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

A importância da capacitação dos gestores das APAEs e do cumprimento do estatuto padrão

As eleições havidas recentemente nas APAEs reclamam, mais uma vez, a abordagem da necessidade do cumprimento do estatuto padrão adotado pelo movimento apaeano e da necessidade de capacitação dos gestores com a legislação que norteia o terceiro setor.

Considerando que ao longo dos anos, as APAEs estruturaram-se para atender aos seus objetivos institucionais, considerando sua efetiva atuação nas áreas da saúde, educação e assistência social, somadas a atividades-meio para auto-sustentação que muitas delas desenvolvem, cresceram os ônus que os voluntários assumem para estar à frente da gestão da entidade. A atual dinâmica



exige de todos os membros da Diretoria Executiva conhecimentos, ainda que superficiais, de diversas leis. Se há algum setor aonde uma verdadeira miscelânea de leis precisam ser invocadas, é, certamente, o terceiro setor.

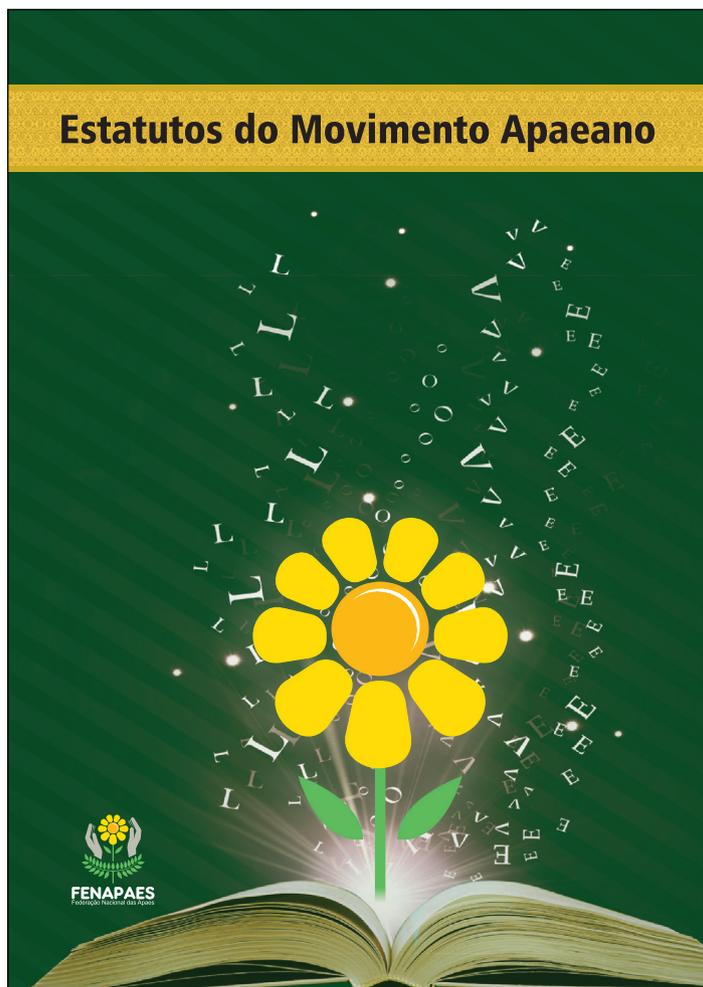
A APAE defende direitos fundamentais das pessoas com deficiência, cujo ponto de partida é o direito constitucional, somado aos tratados internacionais que foram internalizados em nossa legislação. A APAE oferece saúde, educação e assistência social para o seu público alvo, com o que atrai diversas legislações correlatas para poder atuar. A APAE firma convênios com órgãos públicos, com o que o direito administrativo deve estar sempre presente. A APAE contrata funcionários, que são regidos pelas severas leis celetistas, impondo conhecimentos de direito do trabalho. A APAE pode desenvolver atividade-meio para auto sustentação, como, por exemplo, através de um curso dada a sua expertise, ou uma prestação de serviço, com o que atrai as leis do direito do consumidor. A APAE tem garantida a imunidade a alguns impostos, com o que é preciso saber de direito tributário, ou seja, se fossemos arrolar todas as leis e os ramos do direito usados no dia a dia pelas APAEs, seria necessário redigir um verdadeiro compêndio de leis.

De outro lado, a administração de uma APAE fica ao encargo dos dirigentes que, voluntariamente, doam seus tempos, esforços e talentos para desempenhar essa nobre função, vindos das diversas áreas do conhecimento. Como equacionar então o desempenho da função voluntária do dirigente com a necessidade do conhecimento típico e específico das regras que norteiam as APAEs?

Precisamos lembrar que o movimento apaeano estruturou-se de forma grandiosa, contando hoje

com mais de duas mil APAEs e vinte e três federações estaduais. Por tal razão, para garantir a unicidade da atuação apaeana, criaram-se, desde a origem, normas a serem adotadas por todas as APAEs, como o estatuto e as resoluções baixadas pelas Federação Nacional e Estaduais,

Estatutos do Movimento Apaeano





amparadas pelos seus respectivos Conselhos de Administração.

Sobre o estatuto, adotou-se um único padronizado que, a nosso ver, exerce dupla função. A primeira, de garantir a unicidade, a homogeneidade dos princípios que regem o movimento apaeano e, a segunda, de assegurar que a APAE abrigue-se em estatuto legal, que contemple todos os requisitos legais para manter-se filantrópica, beneficente, com as garantias e direitos que lhe são inerentes e, de tal maneira, possa exercer a finalidade a que se propõe.

O texto do estatuto advém primeiramente de pessoas dotadas do conhecimento técnico para que possa atender às exigências legais. Após, é posto para discussão, sugestão de todos os presidentes de APAEs e federações e, finalmente, aprovado em Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação. O estatuto é, dentro do movimento, um instrumento democrático. A partir daí fica fácil compreender que o estatuto não é um instrumento imposto pela Federação Nacional, mas sim um documento elaborado e aprovado por todos.

É o estatuto que dispõe que uma vez filiada à APAE, precisa manter-se filiada, ou seja, precisa continuar aderindo às resoluções da FENAPAEs e ao estatuto. Não se pode olvidar que quando a APAE foi fundada, muitas há anos, o presidente da época aderiu, mediante um termo de declaração, que assumiria o compromisso de adesão aos estatutos padrão, às deliberações das assembleias e do Conselho de Administração da FENAPAEs. E, para poder usar o nome APAE, precisa manter-se filiada.

A obrigação assumida pela APAE permanece quando há troca de gestão. A APAE é uma

pessoa jurídica que pode assumir direitos e contrair obrigações, e não se confunde com a pessoa dos seus dirigentes, que somente a representam enquanto exercem seu mandato. É por isso que os novos dirigentes precisam se atentar que todas as obrigações contraídas pela APAE até então devem ser honradas, sejam frente à FENAPAEs, seja frente a terceiros.

Deste modo, os novos dirigentes eleitos precisam ter conhecimento de que a APAE, uma vez filiada, precisa se manter filiada; e para isso, o primeiro passo é cumprir o estatuto, sob pena de perder o direito de uso da marca APAE via desfiliação.

O outro viés da filiação, além de usar a marca APAE, possibilita a todas as entidades filiadas usarem da estrutura das Federações de seus estados e também da estrutura da FENAPAEs. Ainda, as APAEs podem receber assessoria dos Conselhos Regionais, das Federações das Apaes dos Estados e, todos, da Federação Nacional das Apaes.

Não é sem razão que os Conselhos Regionais dos Estados são formados por pessoas com experiência diretiva, ou seja, por pessoas que devam deter um conhecimento das especificidades das APAEs. As Federações Estaduais, por sua vez, quando bem estruturadas, oferecem apoio jurídico e pedagógico para as APAEs. As que ainda não dispõem desta estrutura, tem sido objeto de atuação da atual gestão da FENAPAEs que, primeiramente, busca informações e dados estatísticos para, no momento subsequente, oferecer o suporte para essa finalidade, inclusive com apoio financeiro mediante projetos, conferindo-lhe a condição de cessionária dos direitos de resgate de títulos de capitalização, cuja receita deve ser usada para suas finalidades estatutárias, dentre elas,



estruturar-se e adquirir aptidão para assessorar as APAEs que estão sob sua circunscrição.

A Federação Nacional não desconhece as dificuldades operacionais encontradas pelas Federações Estaduais e pelas APAEs, e dispõe de canal de comunicação via sala de soluções, aonde as consultas devem ser dirigidas. A FENAPAEs e esta procuradora têm como objetivo, para 2014, oferecer curso de capacitação dos gestores e um encontro de procuradores jurídicos, cuja importância reclama a participação do maior número possível de procuradores e dirigentes, para que os assuntos indispensáveis das rotinas de uma APAE possam ser bem compreendidos e, com isso, a sua finalidade maior que é a defesa dos direitos das pessoas com deficiência possa ser alcançada.

Outro assunto que merece destaque no ano de 2013 é a alteração na lei do Cebas (lei nº 12.101/09). A lei nº 12.868/13 alterou a certificação das entidades. Confira as principais alterações:

- *A nova lei torna desnecessária a aferição da atividade preponderante para as entidades que prestam serviços ou ações com o objetivo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, e a promoção da sua inclusão à vida comunitária, que será feita unicamente pelo MDS.*
- *Será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de validade do certificado.*
- *As certificações requeridas entre 30.11.2009 a 31.12.2011 que já foram concedidas ou que venham a ser concedidas, terão validade de 5 anos.*

- *As concessões e renovações requeridas a partir da publicação da lei terão a validade de 1 a 5 anos, a depender do Ministério.*
- *Os requerimentos de renovação protocolados entre 30 de novembro de 2009 e a 16 de outubro de 2013 serão considerados tempestivos, caso tenham sido apresentados antes da data final de validade da certificação;*
- *Os requerimentos de renovação protocolados entre 30 de novembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, no período de até 360 (trezentos e sessenta) dias após o termo final de validade da certificação serão, excepcionalmente, considerados tempestivos.*

Deste modo, a Procuradoria Jurídica, com intuito de assessorar suas filiadas quanto às alterações trazidas pela nova lei, elaborou um quadro comparativo que facilita a visualização das inovações legais, que pode ser facilmente acessado na página da Federação Nacional das Apaes www.apaebrasil.org.br no menu notícias.

**“INTERPRETAR A LEI É REVELAR O PENSAMENTO,
QUE ANIMA AS SUAS PALAVRAS”**

(CLÓVIS BEVILAQUA)



UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA REDE APAE (UNIAPAE) – PROMOTORA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No ano de 2013, a Universidade Corporativa da Rede APAE (Uniapae) desenvolveu atividades de capacitação profissional, pesquisas e publicações de materiais técnicos-científicos. Foram realizadas 20 edições de curso, destacando-se os cursos: Ensino estruturado para autistas na abordagem TEACCH, Sistema AADID: Diagnóstico, Classificação e Paradigma de Apoio para a Pessoa com Deficiência Intelectual e Estimulação Precoce.

Os cursos foram oferecidos durante todo o ano com objetivo de contribuir para a formação continuada dos profissionais que trabalham na rede apaeana, também disponibilizados para a comunidade, uma vez que, diante da inexistência de fronteiras ao ambiente virtual, os cursos da Uniapae atravessam o

Brasil. São planejados de forma teórico-prática, alinhando os procedimentos de trabalho aos atuais paradigmas relacionados às pessoas com deficiência, inclusive há os que discutem questões que dizem respeito às organizações de terceiro setor. As capacitações, até então, tiveram uma carga horária de 40 horas/aulas, divididas em 1 mês de curso, ofertadas inteiramente à distância.

Como Universidade Corporativa, a Uniapae tem cumprido seu papel de transmissão de conteúdos em rede, chegando cada vez mais próxima das pessoas e contribuindo com a capacitação dos profissionais que trabalham com as pessoas com deficiência, tendo um papel supra corporativo. Dessa forma, constitui-se como um importante instrumento da Federação Nacional das Apaes em ações que impactam a formação profissional e consequente inclusão social das pessoas com deficiência.

Em 2013, a Uniapae chegou ao número de aproximadamente 3.800 estudantes de diversos estados e setores sociais, contabilizados desde o início do programa em 2010.

A multiplicidade de temas e as ferramentas de interação pela internet têm despertado o interesse de instituições públicas e privadas na realização de parcerias para oferta de cursos, a exemplo do convênio técnico proposto entre a FENAPAEs e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para oferta de cursos de 40 horas de curta duração, além da produção de material de estudo e pesquisa na área de gestão social. O curso de Mobilização de Recursos para Entidades de Terceiro Setor oferecido em novembro de 2013 já é fruto desta parceria.

Outra importante parceria foi firmada com o Grupo UNINTER, para oferta do Curso Pós-Graduação em Educação no Ensino Estruturado para Autistas,





lato-sensu, trazendo propostas e possibilidades educacionais para alunos com transtornos do espectro do autismo. O curso será ofertado na modalidade a distância, tendo como foco o trabalho pedagógico com autistas na sala de aula. Os profissionais que comprovarem ter vínculo com o Movimento das Apaes terão desconto nas mensalidades. As informações sobre o curso poderão ser consultadas no site: <http://www.posautismo.com.br/>

A ação da Uniapae na produção de conteúdos foi o relançamento da revista Apae Ciência, antes de forma impressa, atualmente, online, com 3 edições anuais, somando artigos científicos, relatos de experiência e entrevistas. As edições publicadas da revista podem ser consultadas por meio do link abaixo:

<http://apaeciencia.org.br/index.php/revista/index>.

A revista tem como foco as temáticas ligadas à inclusão social da população em situação de deficiência, especialmente a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, e as políticas públicas assistência social, educação, saúde e trabalho. Essa revista conta com 24 pesquisadores ligados a diversos centros de ensino superior e pesquisa das 5 regiões do País, responsáveis pela avaliação de trabalhos publicados e pela proposição de materiais de interesse da revista. O objetivo é transmitir conteúdo técnico-científico para comunidade em geral, assim como, material de consulta bibliográfica para trabalhos acadêmicos, com intuito de contribuir para informação e mudança de paradigmas sociais relacionados às pessoas com deficiência no Brasil.

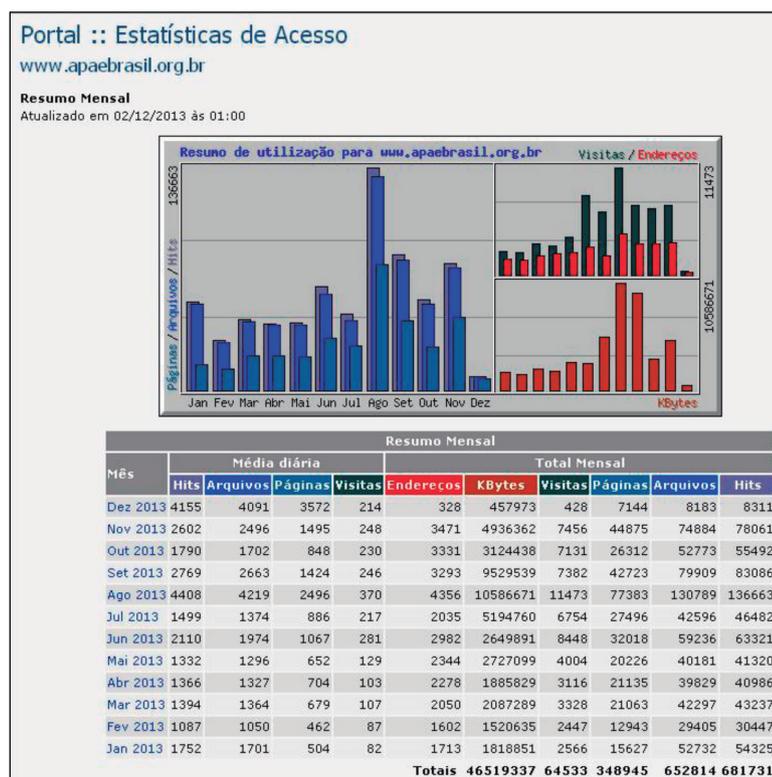
Imagem: Shutterstock





2013 foi um ano de avaliação das alterações realizadas no ano de 2012. Foram desenvolvidas novas funcionalidades à ferramenta. Com o objetivo de aperfeiçoar o gerenciador de conteúdos, acrescido de mais funcionalidades para atualização dos sites, as filiadas passaram utilizar a ferramenta intranet2, que as possibilitou realizar mudanças significativas no Layout do site entre outras ações. Mesmo com essas mudanças, a ferramenta não deixou de atender uma necessidade importante do movimento, que é a possibilidade de captar recursos através da ferramenta do site, mostrando assim que o Apae em rede não é apenas uma ferramenta para criação de site. Existe uma pergunta frequente sobre a ferramenta, que é: Como posso captar recursos com o Apae em rede? É simples, na intranet2, acessando a aba portal/banner, a filiada poderá negociar até 8 banners, e também no item portal/parceiros são espaços destinado a dar publicidade as informações das Apaes, tanto quanto informação de seus parceiros e com objetivo de trazer mais recursos às filiadas.

Na figura abaixo traz os registros da quantidade de acessos ao site: <http://apaebrasil.org.br>, tendo no ano de 2013 recebido 348.945 visualizações.



O site recebe diariamente acessos proveniente de vários países do mundo, confira a imagem ao lado:

Lista 24 de 24 Total de países							
#	Hits	Arquivos	KBytes			País	
1	64477	47.18%	61244	46.83%	3233029	30.54%	Não Resolvido/Desconhecido
2	60592	44.34%	59502	45.49%	5736162	54.18%	 Brasil
3	10730	7.85%	10456	7.99%	1542083	14.57%	 Estados Unidos da América
4	296	0.22%	295	0.23%	19210	0.18%	 Canadá
5	142	0.10%	140	0.11%	4623	0.04%	 Alemanha
6	131	0.10%	113	0.09%	1125	0.01%	 Japão
7	115	0.08%	76	0.06%	2930	0.03%	 China
8	66	0.05%	66	0.05%	25037	0.24%	 Grã Bretanha (Reino Unido)
9	30	0.02%	30	0.02%	1109	0.01%	 Hong Kong
10	19	0.01%	19	0.01%	442	0.00%	 Peru
11	14	0.01%	14	0.01%	10842	0.10%	 França
12	14	0.01%	2	0.00%	72	0.00%	 Portugal
13	9	0.01%	9	0.01%	182	0.00%	 Noruega
14	6	0.00%	6	0.00%	1692	0.02%	 Suécia
15	4	0.00%	4	0.00%	399	0.00%	 Holanda
16	3	0.00%	3	0.00%	100	0.00%	 Lituânia
17	3	0.00%	3	0.00%	159	0.00%	 México
18	3	0.00%	3	0.00%	993	0.01%	 Serbia
19	3	0.00%	2	0.00%	5012	0.05%	 Ucrânia
20	2	0.00%	2	0.00%	362	0.00%	 Coreia (Sul)
21	1	0.00%	1	0.00%	621	0.01%	 Bangladesh
22	1	0.00%	1	0.00%	331	0.00%	 República Eslovaca
23	1	0.00%	1	0.00%	0	0.00%	 Taiwan
24	1	0.00%	1	0.00%	156	0.00%	 Venezuela

Para atender melhor esta demanda, foram criadas ferramentas para facilitar o treinamento das pessoas que são responsáveis para atualização dos sites utilizando a intranet2. Foi criado manual que está disponível no seguinte link: <http://manuais.apae.com.br/apae-em-rede> e também vídeo aulas que estão no endereço: <http://youtube.com/apaeemrede>.

Sua Apae não faz parte do Apae em rede? Como faço para fazer parte do Apae em rede? Basta acessar o site da FENAPAEs no endereço (<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=47>), baixe orientações quanto à adesão. Depois de ler todas as informações, baixe o termo de adesão para Apaes, o mesmo deverá ser lido, preenchido e assinado pelo presidente da Apae, e logo encaminhado para endereço da FENAPAEs, onde faremos todo procedimento para liberação do login e senha da filiada, para que possam realizar o seu primeiro acesso. Hoje o Apae em rede tem um custo de manutenção que custa R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), que pode ser dividido em até 5 vezes e mensalidade de R\$ 30,00.(Trinta Reais).

No Ano de 2013 foi utilizado, também, para projetarmos um novo Apae em rede para 2014, com o objetivo de trazer grandes mudanças. Aguardem!.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS: KÉLIA RAMOS

No ano de 2012, a FENAPAEs passou por grandes mudanças com o objetivo de melhorar o atendimento às APAEs filiadas e às pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla.

A coordenação de Comunicação institucional, que tem o objetivo de levar informações relevantes as suas filiadas, sobre o cenário amplo e mundial no que diz respeito à deficiência, seja ela intelectual ou não, promoveu uma unicidade de informações entre o Movimento das APAEs e a sua representação nacional. A FENAPAEs conseguiu, no ano de 2012, uma maior projeção do Movimento das APAEs na grande mídia devido ao Plano Nacional de Educação, e também a forte articulação de assessoria de imprensa junto à imprensa nacional e estaduais, no qual cada FEAPAEs e APAEs realizaram uma corrente para mostrar a todo o país que as pessoas com deficiência também podem participar da criação de leis que tangem os seus direitos e deveres, prova disto, foi a grande mobilização em agosto de 2013, que reuniu mais de 5.000 participantes em uma passeata em direção ao Congresso Nacional, no qual solicitava a aprovação do Plano Nacional de Educação aprovado na Câmara dos Deputados, mostrando, assim, a força do Movimento das APAEs juntamente com outras entidades que atendem pessoas com deficiência.

Além desta maior articulação junto à imprensa, a coordenação de comunicação, juntamente com a Coordenação de Captação de Recursos, continuam com os trabalhos correlacionados para uma melhor criação de



Presidente Aracy e membros da Diretoria da FENAPAEs recebem o Embaixador das APAEs – Cantor Daniel na APAE de Porto Alegre- RS



estratégias de marketing para promoção dos valores do Movimento das APAEs, seus produtos e serviços.

A estratégia que alcançou resultados positivos tanto para a projeção da Marca APAE Brasil quanto para venda da campanha Apae Noel neste ano que se passou foi a campanha Embaixador das APAEs, no qual o embaixador escolhido pela diretoria da FENAPAEs foi o cantor Daniel, que recebeu o título, no dia 18 de setembro de 2013, na APAE de Porto Alegre - RS, onde demonstrou um conhecimento sobre o Movimento das APAEs, carinho e respeito com as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Ele também esteve presente em APAEs nas cidades no qual realizou shows, levando o seu comprometimento de embaixador das APAEs do Brasil. Também participou da campanha Apae Noel, cedendo, gratuitamente, sua imagem para compor o layout da campanha, que resultou em uma publicidade maior



da marca APAE BRASIL e também acompanhou, por meio da sua assessoria, as questões políticas sobre o PNE.

Outra importante ação entre as duas coordenações são os constantes aprimoramentos dos meios de comunicação que têm uma utilização estratégica, além de comunicação com o Movimento. As ferramentas mailing, e-mails, sms, site, rede social e intranet são utilizadas estrategicamente como contrapartidas para possíveis parceiros que se interessam pela causa e de alguma forma deseja ajudar o Movimento ou somente divulgar o seu produto dentro da rede APAE.

Uma novidade para o ano de 2014 é a reformulação do site APAE BRASIL, que está sendo formulado juntamente com a Coordenação de Tecnologia da Informação. Proposta de um layout mais limpo e moderno, onde todas as informações contidas já no atual site permaneceram, porém de forma mais ajustadas dentro da nova proposta e com uma linguagem mais fácil para todos os visitantes da página.

Para a realização deste trabalho de reformulação de site e de tantas outras campanhas, continuamos com o apoio dos serviços prestados pela agência de publicidade, que é responsável por tornar as ideias de todas as coordenações da FENAPAEs em material visível e tangível com grande qualidade e uma linguagem de fácil compreensão a todos.

Sustentabilidade

A campanha Apae Noel continua sendo uma das maiores sustentabilidade da FENAPAEs, continuou com o mesmo número de prêmios,

pois desta forma consegue atender um maior número de estados, possibilitando, assim, uma maior participação das 5 regiões do país.

No ano de 2013, tivemos 241.491 bilhetes vendidos para um total de 529 APAEs solicitantes. Uma diferença para menos de apenas 10% em relação ao ano de 2012, que vendeu 269.880 bilhetes. Mesmo com esta baixa, a campanha ainda demonstra credibilidade por parte das APAEs participantes.

O Problema novamente da campanha apae noel no ano de 2013 foi a pouca adesão por parte das APAEs. No ano de 2012 participaram da campanha 573 APAEs uma diferença de 12% com relação ao ano de 2013. É notório que as FEAPAEs precisam criar uma comunicação mais intensa com suas APAEs para a participação na campanha APAE NOEL. A campanha APAE Noel é uma campanha que tem sustentação própria e já chega pronta para a venda às suas filiadas, o índice de percentual é proporcional a participação de cada filiada, quanto mais vende maior é o lucro de cada participante, por isso que desde o ano de 2010 a palavra “aproximado” foi implementada para orientação dos percentuais de 70%, 20% e 10% - quanto mais pede, mais ganha.

Esperemos que no ano de 2014 possamos continuar com esta campanha que ajuda milhares de pessoas com deficiência intelectual e múltipla e principalmente ajuda a manter suas filiadas, FEAPAEs e APAEs. Este ano será de grande concorrência econômica em todo o país, devido os grandes eventos nacionais; Copa do Mundo e eleições, por isso contamos com todo o Movimento Apaeano para que neste 2014 possamos superar mais uma vez a vendas dos anos anteriores.

Segue dados da campanha Apae Noel 2013:

CONTROLE - CAMPANHA APAE NOEL 2013

TOTAL DE BILHETES - INICIAL	233.470
TOTAL DE BILHETES - ADICIONAL	8.021
TOTAL GERAL DE BILHETES	241.491
TOTAL DE APAEs - INICIAL	503
TOTAL DE APAEs - ADICIONAL	33
TOTAL GERAL DE APAEs	536
VALOR TOTAL DOS BOLETOS - APAEs	R\$ 715.485,28

ARRECADAÇÃO/LUCRO BRUTO	715.485,28
2/3 ARRECADAÇÃO BRUTA (Fed. Estados)	476.990,19
1/3 ARRECADAÇÃO BRUTA (Fenapaes)	238.495,09

DESPESA FECHADA LÍQUIDA	209.050,02
DESPESAS - 2/3 (Fed. Estados)	139.366,68
DESPESAS - 1/3 (Fenapaes)	69.683,34

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	506.435,26
2/3 ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (Fed. Estados)	337.623,51*
1/3 ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (Fenapaes)	168.811,75

* O valor líquido real para rateio entre as FEAPAEs será de R\$327.218,53 de acordo a tabela de rateio da pagina 52. Esta divergencia de valores é em virtude da FEAPAEs - BA já ter realizado prestação de contas em virtude de acertos de consignação da venda de bilhetes Apae Noel 2013.

CAMPANHA APAE NOEL 2013 - PREVISÃO DE FATURAMENTO

COORDENAÇÃO Captação de Recursos e Financeira

MAPA DE REPASSE PARA AS FEDERAÇÕES ESTADUAIS

ITEM	UF	FEDERAÇÃO ESTADUAL	QUANT. BILHETES	PERC.	VALOR PARA FED. EST.
1	AC	Acre (Não possui Fed. Est.)	0	0,000%	R\$ -
2	AL	Alagoas (Não possui Fed. Est.)	0	0,000%	R\$ -
3	AP	Amapá (Não possui Fed. Est.)	0	0,000%	R\$ -
4	AM	Amazonas	4.600	1,846%	R\$ 6.232,97
5	BA	Bahia	0	0,000%	R\$ -
6	CE	Ceará	100	0,040%	R\$ 135,50
7	DF	Distrito Federal	0	0,000%	R\$ -
8	ES	Espírito Santo	6.180	2,480%	R\$ 8.373,85
9	GO	Goiás	1.170	0,470%	R\$ 1.585,34
10	MA	Maranhão	1.400	0,562%	R\$ 1.896,99
11	MT	Mato Grosso	750	0,301%	R\$ 1.016,24
12	MS	Mato Grosso do Sul	5.500	2,207%	R\$ 7.452,46
13	MG	Minas Gerais	67.125	26,939%	R\$ 90.953,88
14	PA	Pará	1.100	0,441%	R\$ 1.490,49
15	PB	Paraíba	500	0,201%	R\$ 677,50
16	PR	Paraná	50.981	20,460%	R\$ 69.078,88
17	PE	Pernambuco	200	0,080%	R\$ 271,00
18	PI	Piauí	0	0,000%	R\$ -
19	RJ	Rio de Janeiro	1.500	0,602%	R\$ 2.032,49
20	RN	Rio Grande do Norte	600	0,241%	R\$ 813,00
21	RS	Rio Grande do Sul	22.730	9,122%	R\$ 30.798,98
22	RO	Rondônia	0	0,000%	R\$ -
23	SC	Santa Catarina	44.300	17,779%	R\$ 60.026,17
24	SP	São Paulo	24.105	9,674%	R\$ 32.662,10
25	SE	Sergipe	1.500	0,602%	R\$ 2.032,49
26	TO	Tocantins	7.150	2,870%	R\$ 9.688,20
Total			241.491	100,00%	327.218,53

Observações:

1 – Valores para rateio sujeito à alteração até o fechamento da campanha devido a inadimplências.

* O valor líquido real para rateio entre as FEAPAEs será de R\$ 327.218,53. Esta divergência de valores é em virtude da FEAPAEs - BA já ter realizado prestação de contas em virtude de acertos de consignação da venda de bilhetes Apae Noel 2013.



Campanha APLUB

*Roberto Machado Salaberry
Controller da Controladoria de Recursos e Convênios da FENAPAEs.*

A Federação Nacional das APAEs realizou, no mês de Julho de 2013, um novo convênio para arrecadação de fundos em benefício de todas as APAEs do País.

O convênio com a APLUB CAP irá beneficiar as federações estaduais através do recebimento dos valores de resgate de alguns dos títulos de capitalização que ela comercializa. Estes Títulos são denominados como Tri-Legal e Tri-Legal tchê (RS), Caju Cap (SE), Legal Cap, (MG), Acre Cap Legal (AC) Mato Grosso Cap (MT), Forte Cap Legal (AM), Pantanal Cap (MS), Rondon Cap (RO), Carajás da Sorte (PA), Rio Cap (RJ), Oeste Cap (BA), Vale da Sorte (PR).

Atualmente, estes convênios estão vinculados à FENAPAEs, onde o valor de resgate será repassado para ela e, posteriormente, às Federações dos Estados, que irão decidir a melhor forma de aplicar estes recursos em seus estados.

O Cidadão, ao adquirir um destes títulos de capitalização, concorre a prêmios e faz a doação do seu valor de resgate à FENAPAEs. A FENAPAEs, por sua vez, fica com 20% do valor arrecadado e repassa o restante às Federações Estaduais, onde os títulos são comercializados. A cota correspondente à FENAPAEs será repassada as demais Federações que ainda não possuem os títulos comercializados em seus Estados, que deverão encaminhar projetos à FENAPAEs nos moldes da Resolução n. 06 de 15.11.2013 da FENAPAEs.

Esta parceria com a APLUB CAP possibilitará a realização de vários outros projetos de angariação de recursos, tendo em vista que o grupo APLUB estará compondo mais um dos parceiros que as APAEs poderão contar.

Ainda, as APAEs dos estados onde os títulos são comercializados poderão utilizar os espaços de mídia destes produtos para vincular outras campanhas de seu interesse.

Este mídia contempla espaços gráficos, TV, rádio e jornal, onde poderão ser expostos projetos bem como realizar outras campanhas com o intuito de angariar fundos.

Esta parceria com a APLUB é um divisor de águas para o movimento apaeano, visto que esta instituição está abrindo suas portas para auxiliar o movimento a consolidar ainda mais sua marca e dar um salto de qualidade no que se refere ao marketing institucional.

Como é de praxe, trata-se de uma parceria que pretende colher frutos para todas as APAEs, e a FENAPAEs conta com todas as suas filiadas para que esta parceria possa gerar ainda mais benefícios às pessoas com deficiência intelectual e múltipla do Brasil.

ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO

COORDENADOR ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO: JOÃO BATISTA

Com o objetivo de propiciar as demais áreas da Federação Nacional das Apaes o suporte logístico necessário para o desenvolvimento do planejamento e atividades de rotina, a Coordenação Administrativa trabalha para oferecer apoio na realização das ações promovidas nos demais setores da FENAPAEs, bem como, quando solicitado, à toda Rede Apae.

Além dos trabalhos de rotina, em 2013 a Coordenação Administrativa destacou em seu planejamento a organização e execução, em conjunto com outras áreas da FENAPAEs e em parceria com outras instâncias do movimento, a conclusão dos Encontros Regionais com os presidentes das Federações Estaduais, presidentes das Apaes e instituições coirmãs que compõem a Rede Apae, nos encontros realizados em maio/2013 na Região Norte, a presidente Aracy Lêdo, acompanhada da coordenadora nacional Sra. Lúcia Centena, concluiu o cronograma de visitas a todas as regiões do país iniciado em 2012.

Também foram realizadas as duas reuniões ordinárias de Diretoria e do Conselho de Administração, a primeira no mês de março/2013 na cidade do Rio de Janeiro/RJ e a segunda no mês de novembro/2013 durante a realização do IX Festival Nacional Nossa Arte em São Luís/MA. Além das duas reuniões ordinárias, também foi realizada uma reunião extraordinária na cidade de Natal/RN no mês de junho/2013.

Como grande evento do ano de 2013, foi realizado em São Luís no Maranhão, no período de 14 a 18 de novembro, o IX Festival Nacional Nossa Arte, que contou com a presença de aproximadamente 1600 participantes entre artistas, professores, equipes de apoio, visitantes e outros. Este evento foi realizado por meio de parceria entre a Federação Nacional

das Apaes, a Federação das Apaes do Estado do Maranhão e a Apae de São Luís/MA (cidade sede do evento). Destaca-se também o apoio do Governo do Estado, Prefeitura Municipal e empresariado local.

Além destes eventos, também se realizaram encontros com os coordenadores nacionais da FENAPAEs (julho/2013) e com os presidentes das Federações estaduais em Porto Alegre/RS (julho e setembro/2013 – reunião sobre parceria com a empresa APLUB), e ainda reuniões de rotina na sede da FENAPAEs em Brasília/DF e no escritório avançado em Porto Alegre/RS e, quando necessário, outras localidades.

Em todas as atividades realizadas em 2013, houve um grande empenho de toda a equipe do setor administrativo no sentido de concentrar esforços na busca de melhores condições organizacionais, de logística e custo final para hospedagens, passagens aéreas, alimentação, transfer e outras variáveis de estrutura para a realização das ações desenvolvidas pela FENAPAEs.

Além do suporte na organização e execução das reuniões e eventos, a equipe da Coordenação Administrativa, juntamente com outros colaboradores da FENAPAEs, trabalharam na padronização dos fluxos de suas ações e rotinas, tais como: Apoio logístico na Campanha Apae Noel, manutenção preventiva e/ou corretiva predial/mobiliária da sede da FENAPAEs, controle patrimonial, controle de compras, controle de fornecedores e aquisição de produtos que, em conjunto com outros aspectos, garantem a continuidade dos trabalhos realizados pela Federação Nacional das Apaes a toda a Rede Apae e parceiros do movimento.



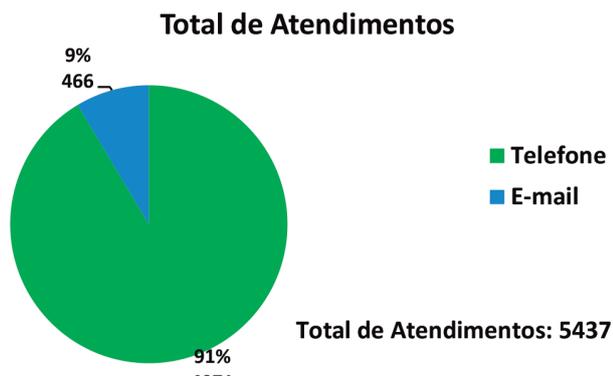
SALA DE SOLUÇÕES

AÇÕES DA SALA DE SOLUÇÕES: EUNICE MARIA DA SILVA GUSMÃO

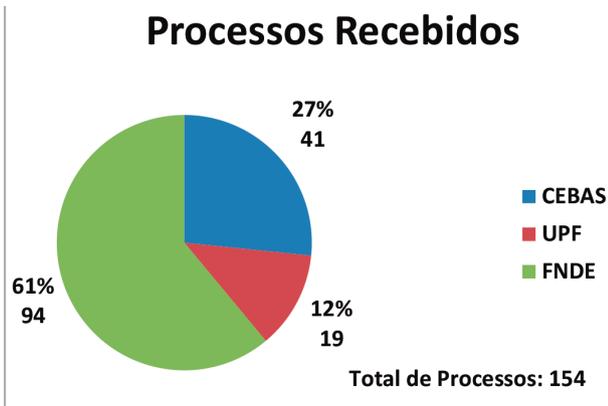


A Sala de Soluções tem como objetivo principal, prestar um atendimento de qualidade para toda a Rede Apae. Os principais atendimentos são realizados através do telefone e e-mail. Também realizamos ações quanto aos processos do CEBAS, PDDE e UPF.

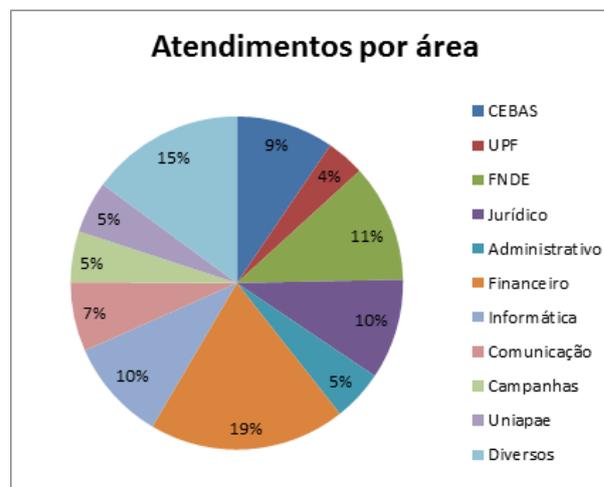
Dados do ano de 2013:



Em 2013, tivemos aproximadamente 5437 atendimentos de telefone e e-mail, sendo que 9% foram atendimentos via e-mail e 91% foram atendimentos via telefone.



Em 2013, tivemos um total de 154 processos analisados na FENAPAEs. A maioria ainda são processos do CEBAS e a menor demanda é de processos referente à UPF.



De todos os atendimentos realizados, no ano de 2013 tivemos um maior número referente à área Financeira, com 19%, seguido de assuntos diversos, com 15%, e Informática e Jurídico, com 10% cada um.

CADERNO BALANÇO SOCIAL

SECRETÁRIO EXECUTIVO: JOSÉ LUÍS R. COLAR

CONTADORA FENAPAEs: MARINEIDE FREIRE

Balanço Social

A importância da publicação do balanço Social para as entidades sem fins lucrativos são de grande responsabilidade para a transparência dos recursos recebidos que envolvem as entidades de assistência social.

O grande desafio no qual estas entidades encontram é a de criar ferramentas, parâmetros e formas para demonstrar publicamente as ações desenvolvidas com recursos próprios e suas campanhas para a sustentabilidade sem alguma ajuda governamental. A crise econômica mundial não foi diferente para o movimento apaeno, mesmo com todos os esforços do início da gestão de 2012 pela Presidente da Federação Nacional das Apaes, Aracy Maria da Silva Lêdo, de uniformidade e unicidade para todo movimento. As questões financeiras abalaram nossas 2.128 Apaes, que já encaminham com grande dificuldades e ainda com a indecisão do Plano de Educação a Meta 4; para isso, as mobilizações em todo Brasil uniu todo movimento apaeno e mostrou a todo governo que somos entidades sinceras e de idoneidade que merecemos respeito.

Este ano de 2013, nos meados do mês de novembro, um acontecimento que acontece de dois em dois anos para movimento foi cumprido por várias Apaes do Brasil, o IX Festival de Nossa Artes foi realizado em São Luiz- MA, com apresentações fantásticas por pessoas que todo mundo ainda dizem serem especiais. Alguns, com toda dificuldades, conseguiram levar delegações completas; e como o meio artístico falam, o "show não pode parar". Com poucos recursos e sem nenhum incentivo do Ministério da Cultura para realização do mesmo, o evento ocorreu com grandes emoções.

Apesar de tantas dificuldades, tivemos que rever nosso plano de ações para adequarmos a realidade para a utilização dos recursos recebidos, a busca

de projeto novo que possa nos auxiliar e aumentar o estreitamento não só às filiadas, como também com as Federações Estaduais, surgindo assim o Projeto APLUB com grandes expectativas para 2014.

O Balanço Social, apresentado anualmente pela Federação Nacional das Apaes, é comprometido com a transparência de suas ações, sobretudo



FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES
CNPJ/MF 62.388.566/0001-90
BALANÇO SOCIAL 2013

FENAPAEs

Associação sem fins lucrativos de defesa dos direitos sociais

Balanço Social elaborado anterior à emissão do Parecer dos Auditores Independentes

Data Base 31/12/13

Descrição	Valor em R\$
Receita Campanha - Cartão Bradesco	20.772,70
Receita Campanha - Apae Noel #	1.451.050,80
Receita Campanha - Apae Energia	1.419.424,03
Receita Campanha - Cartão de Natal	2.400,00
Receita Projeto Apae em rede	171.944,14
Rec. Despesas recuperadas	2.848,02
Receitas de venda de bazar	6.594,08
Receita com Atividades Sociais Sem Restrição	3.075.031,77
Receita com Doações	44,71
Receita Uniapae	146.036,63
Receita com Mensalidade/Contribuições**	860.247,30
Receita com Projetos Lotéricos	183.965,24
Total das Receitas com Atividades Sociais Sem Restrição	990.292,97
Total das Receitas Operacionais Sem Restrição	4.065.324,74
Receita com Atividades Sociais Com Restrição	
Receita Projeto APLUB#	824.316,96
Total das Receitas Operacionais Com Restrição	824.316,96
Total das Receitas Operacionais Sem Restrição e Com Restrição	4.889.641,70
Receita de Aplicações Financeiras	32.870,48

Indicadores Sociais	Valor (R\$)	% sobre a Receita Operacional	% Recursos de Convênios	% sobre a Receita Total
Estreitamento do Atendimento às Filiadas	811.155,13	19,95%	-	19,79%
Inclusão das Pessoas com Deficiência e Múltipla	168.667,68	4,15%	-	4,12%
Acompanhamento e Monitoramento das Ações do Movimento Apae	263.900,71	6,49%	-	6,44%
Aperfeiçoamento e Atualização dos Profissionais da Rede Apae	137.790,66	3,39%	-	3,36%
Articulação Institucional	29.231,08	0,72%	-	0,71%
Inclusão Digital - Apae em Rede	29.080,91	0,72%	-	0,71%
	1.381.514,18			

Indicadores do Corpo Funcional	2012	2013
Número de empregados ao final do período	25	23
Número de admissões durante o período	7	6
Número de mulheres que trabalham na entidade	15	13
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	60%	50%
Número de empregados portadores de deficiência	1	1

Observações:

Receitas de Recursos Próprios sem restrição: são recursos captados e advindos de: campanhas de revistas, projetos e parcerias Apaes
Receitas Sociais sem restrição: são recursos captados e advindos de contribuições das entidades afiliadas à Fenapae e de doações efetuadas pela sociedade civil, classificados de acordo com suas origens de captação, lançadas e reconhecidas no resultado.
Recurso de Convênios com restrição: são recursos captados de convênios para execução de projetos sociais.

* Balanço social elaborado anterior à emissão do parecer dos Auditores Independentes, podendo apresentar divergências na ocasião de sua publicação.

** Considerar índice histórico de inadimplência de 35%.

A Campanha Apae Noel apresenta um valor expressivo mediante a contabilização por competência da Campanha Apae Noel de 2012
O Projeto APLUB tem como receita com restrição por ser fiscalizada pelo órgão da SUSEP e toda sua utilização.



aquelas relacionadas aos investimentos realizados e captados. Nesses documentos, estão expressos os valores captados, indicando a fonte do recurso e em que foi gasto, efetivamente.

Estreitamento do Atendimento às Filiadas

Através de um agir permanente e proativo, a FENAPAEs disponibiliza atendimento às filiadas por meio de diversos meios de comunicação, como telefone, e-mail e Skype, tendo anualmente uma grande procura, principalmente para orientação em relação à documentação e certidões federais de entidades de terceiro setor, como Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), além de atendimentos nas áreas jurídicas, contábeis e financeiras.

Em 2013, foi realizado um esforço de atualização dos dados cadastrais das Apaes, por meio de contato telefônico, que gerou um novo banco de dados com informações mais precisas sobre as entidades, além de contatos atualizados. Essa ação visou garantir uma maior proximidade da FENAPAEs com as filiadas.

Este ano foi realizado um grande esforço de orientação às Apaes e Feapaes a respeito da atualização da Lei de certificação das entidades de terceiro setor, que deverá continuar durante os próximos anos.

Foram encaminhados diversos projetos editoriais, com destaque aos 3 volumes da revista Apae Ciência, publicados quadrimestralmente com materiais técnicos-científicos voltados às áreas de saúde, educação e assistência social, com foco nas pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Foi publicada ainda uma edição especial da revista Mensagem da Apae Textos Técnicos, com artigos dos Coordenadores Nacionais. A publicação teve como objetivo repassar diretrizes de atendimento nas linhas de atuação do movimento das Apaes.

Inclusão Social da Pessoa com Deficiência

A Federação Nacional em cumprimento a sua Missão Institucional, mais especificamente na perspectiva da inclusão social da pessoa com deficiência realizou várias ações em 2013. Dentre elas destacaram-se: a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla realizada de 21 a 28 de agosto; diversas manifestações pelo país reivindicando o fortalecimento das Apaes, em especial, as manifestações dos dias 07 e 14 de agosto, respectivamente, nos Estados e em Brasília, pela manutenção das escolas especiais no Plano Nacional de Educação-PNE; o II Encontro Nacional de Autodefensores das Apaes realizado em novembro na cidade de São Luís no Maranhão.

Aperfeiçoamento e Atualização Profissional da Rede Apae

A FENAPAEs tem investido na realização de cursos de rápida capacitação ofertados na modalidade a distância, que garante uma maior participação de profissionais das diversas regiões do Brasil. Dessa forma, através da Universidade Corporativa da Rede Apae (UNIAPAE), o movimento tem buscado capacitação em cursos que variam entre as áreas de atendimento das Apaes, com conteúdos atualizados que permitem aos profissionais terem uma capacitação continuada.

Foram firmadas importantes parcerias com o Grupo UNINTER e com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URB), para oferta de cursos de maior duração, como cursos de especialização e extensão universitária. O objetivo é atualizar o movimento conforme as inovações técnico-científicas de trabalho com a pessoa com deficiência, principalmente relacionado aos avanços colocados na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA AS ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S

SÓCIO-DIRETOR RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS

As entidades sem finalidade de lucros são responsáveis pelo atendimento e assistência de uma grande parcela da população, além de se revelarem grandes empregadoras de mão de obra. Com isso, a transparência na gestão, por meio de uma contabilidade atualizada, é uma obrigação a ser cumprida pelos gestores que estão à frente dessas entidades.

A contabilidade é a Ciência Social que estuda e pratica as funções de controle e de registro dos atos e fatos de uma entidade. Essa ferramenta controla o patrimônio e demonstra o resultado produzido pelas organizações. Por meio da contabilidade, as entidades fornecem aos seus usuários informações econômicas, financeiras e físicas do patrimônio, favorecendo a compreensão do desempenho, da evolução, dos riscos e das eventuais oportunidades.

As organizações sem finalidade de lucros devem elaborar as suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Dentre elas, cabe destacar a Resolução CFC nº 1.409/12, que trata de regras contábeis a serem aplicadas nas entidades sem fins lucrativos. A referida norma dispõe que as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência e as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Os benefícios concedidos pela entidade sem finalidade de lucros a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas nos órgãos governamentais.

Outros assuntos importantes também são citados na Resolução, tais como: i) a constituição de provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber; ii) benefício

concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços deve ser reconhecido pelo valor efetivamente praticado; iii) registros contábeis segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral; iv) reconhecimento contábil pelo valor justo da prestação de serviço voluntário, e v) aplicação aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

Mais do que a obrigação de apresentar as demonstrações contábeis de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, os gestores das organizações sem finalidade de lucros devem garantir que sejam prestadas aos stakeholders as informações equilibradas e de qualidade, abordando os aspectos positivos e os negativos, de modo a oferecer aos interessados uma correta compreensão da entidade. As boas práticas de governança recomendam a divulgação das demonstrações contábeis periodicamente, informando os aspectos econômicos, financeiros, as operações realizadas com terceiros, os resultados alcançados, os riscos inerentes, e outros assuntos importantes.



Parabéns a todas as mulheres
que lutam pela igualdade, por um mundo
sem diferenças, com força e delicadeza.



de março

Dia Internacional da Mulher

Uma homenagem da Apae Brasil
à mais bela e perfumada das flores.



apaebrasil.org.br



Somos Apaeanos,
e temos orgulho
dessa família!



Saiba mais sobre o Movimento.
Acesse o nosso site.

apaebritil.org.br

